



cinemateca
portuguesa
MUSEU DO CINEMA

Relatório de Atividades e Contas

2017

I.	Nota Introdutória	5
	I.1. Missão e Caracterização	6
	I.1.1. Atribuições	6
	I.1.2. Estrutura Orgânica e Funcional	7
	I.1.3. Valores e cultura organizacional	8
	I.2. Serviços e Utilizadores	8
	I.2.1. Caracterização dos principais serviços prestados pela CP-MC	8
	I.2.2. Caracterização dos principais utilizadores dos serviços prestados pela CP-MC	9
II.	Autoavaliação	10
	II.1. Objetivos Operacionais do QUAR	10
	II.2. Resultados alcançados	10
	II.3. Relatório Detalhado do Cumprimento dos Objetivos	12
	II.3.1. Objetivo operacional 1 (parâmetro <i>Eficácia</i>)	12
	II.3.2. Objetivo Operacional 2 (parâmetro <i>Eficiência</i>)	13
	II.3.3. Objetivo Operacional 3 (parâmetro <i>Eficiência</i>)	14
	II.3.4. Objetivo Operacional 4 (parâmetro <i>Qualidade</i>)	14
	II.4. Avaliação Final	15
III.	Atividades Desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano	16
	III.1. Arquivo Nacional das Imagens em Movimento	16
	III.1.1. Aquisições	16
	III.1.1.1. Coleção Fílmica	16
	III.1.1.2. Coleção Vídeo/Digital	17
	III.1.2. Preservação/Restauro/Digitalização	17
	III.1.3. Catalogação	17
	III.1.4. Acesso	18
	III.2. Departamento de Divulgação e Exposição Permanente	19
	III.2.1. Exibições	19
	III.2.2. Serviço Educativo – Cinemateca Júnior	22
	III.2.2.1. Exibições	22

III.2.2.2. 10º Aniversário da Cinemateca Júnior	23
III.2.2.3. Colaborações	23
III.2.2.4. Parcerias de programação	24
III.2.3. Exposições	24
III.2.4. Centro de Documentação e Informação	25
III.2.5. Edições	26
III.2.6. Cinemateca Digital	27
III.2.7. Visitantes	27
III.3. Divisão de Gestão	28
III.3.1. Recursos Humanos e Gestão Administrativa	28
III.3.2. Aprovisionamento e Património	28
III.3.3. Planeamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria	29
III.4. Relações externas, formação e cooperação	29
III.4.1. Relações externas	30
III.4.2. Formação	30
III.4.3. Cooperação	31
III.4.4. Projetos cofinanciados	31
IV. Recursos utilizados	33
IV.1. Recursos Humanos	33
IV.2. Recursos Financeiros	34
IV.2.1. Orçamento	34
IV.2.1.1. Receita	34
IV.2.1.2. Despesa	34
IV.2.1.3. Receita cobrada versus Despesa executada	35
IV.2.2. Saldo de Gerência	36
IV.2.3. Alterações Orçamentais	37
IV.2.4. Análise da Receita	38
IV.2.4.1. Execução da receita por classificação económica	38
IV.2.4.2. Caracterização da receita	39

K

✓

IV.2.4.3. Taxa de Exibição	39
IV.2.5. Análise da Despesa	41
IV. 2.5.1 Execução da despesa por agrupamento económico	41
IV. 2.5.2 Despesas com Pessoal	41
IV. 2.5.3 Aquisições de bens e serviços	42
IV. 2.5.4 Outras Despesas correntes	44
IV. 2.5.5. Bens de capital	44
IV. 2.5.6. Análise da despesa por áreas, atividades e projetos	45
V. Demonstrações Financeiras	50
V.1 Balanço em 31/12/2017	50
V.2 Demonstração de Resultados em 31/12/2017	52
VI. Lista de acrónimos e siglas utilizadas	65
VII. Lista de quadros e figuras	66
VII.1. Quadros	66
VII.2. Figuras	66

I. Nota Introdutória

Em 2017, o quadro financeiro e administrativo global permaneceu inalterado, mantendo as limitações que de certa maneira afetaram nossa atividade nos anos anteriores. Para além de um orçamento exíguo e das restrições administrativas, quase um terço do orçamento real foi atribuído por medidas temporais e não estruturais, ou seja, por uma dotação especial e pontual do Fundo de Desenvolvimento Cultural do Ministério da Cultura.

Ao longo deste período de orçamentos significativamente mais baixos, as áreas mais afetadas foram as estruturais e infraestruturais, como por exemplo as infraestruturas dos arquivos digitais, do sistema de informação e comunicação, dos equipamentos de conservação e da localização geográfica "Cinemateca Júnior", todas estas dependentes de um investimento mais robusto.

Apesar destas deficiências e das suas consequências na missão global da Cinemateca, através de um maior esforço de equipa, das medidas de gestão interna adotadas e também através de um forte controlo orçamental, mantivemos todos os setores de atividade em funcionamento, tendo efetivamente reforçado alguns aspetos da nossa ação cultural pública prosseguindo a renovação prevista no plano estratégico de 2014.

Como exemplos relevantes de continuidade e renovação podemos destacar: a manutenção da nossa política de "consentaneidade" tecnológica, mantendo-se, apesar de todas as dificuldades administrativas e de contratação, a plena atividade do nosso laboratório fotoquímico, as rotinas de preservação fotoquímica com intensa atividade de projeção de 35mm e 16mm, em simultâneo com progressos no fluxo do trabalho digital (quer sobre as imagens digitais originariamente neste suporte, quer sobre as versões digitais de obras analógicas); a implementação do que atualmente apelidamos de plano contínuo (ainda que financeiramente muito limitado) para a digitalização em formatos alta definição do cinema português com fins da sua difusão; o aumento da atividade editorial, incluindo a publicação de novos livros sobre o cinema português, além do programa mensal e das mais recentes edições de DVD (incluindo importantes edições de cinema mudo português, para além das parcerias em curso com editores independentes na área da ficção portuguesa); a manutenção da intensa atividade de programação, tanto nas duas salas da Sede como na Cinemateca Júnior, com um desenvolvimento contínuo do modelo de programação estabelecido na sequência da definição do plano estratégico por esta direção em 2014 (incluindo, nomeadamente as rúbricas "Histórias do Cinema", "Foco no Arquivo", parcerias com programas de pesquisa académica, entre outras), e o crescimento sustentado da plataforma "Cinemateca Digital", onde no final do ano de 2017 encontravam-se disponíveis para consulta e visionamento livre, no sítio da Cinemateca, mais de 540 filmes portugueses, correspondendo a mais de 7.500 minutos com imagens de todos os distritos de Portugal (incluindo Açores e Madeira) e de 151 concelhos. Assim, a lista de títulos e o universo selecionado têm vindo a alargar-se, mantendo-se, no entanto, a escolha de obras que se encontram preservadas em filme e cujas autorizações de publicação em linha tenham sido previamente asseguradas.

Apesar da atual conjuntura orçamental e financeira ser considerada pela atual direção da Cinemateca como precária e com caráter pouco estrutural, ficando todos os anos esta organização dependente de uma verba proveniente do Fundo de Fomento Cultural, cujo valor é todos os anos "negociado", tem sido estratégia desta direção - ao mesmo tempo que tem procurado resolver este

impasse através de propostas de solução política num diálogo conjunto com a tutela, que permita garantir uma maior previsibilidade das suas receitas e consequentes despesas – procurar através de programas de financiamento obter verbas externas ao seu orçamento para colmatar algumas necessidades de investimento que são estruturais para o cumprimento da sua missão estatutária.

Em concreto, durante os últimos anos a Cinemateca conseguiu obter a aprovação de quatro projetos cofinanciados, permitindo desta forma obter verbas de investimento adicionais aos seus atuais orçamentos correntes. O valor global acumulado do financiamento externo garantido para a execução destes quatro projetos ascende a mais de 700.000€ (com execução diferida nos próximos anos), que servirão, como acima foi referido, para financiar investimentos estruturais necessários à Cinemateca.

No entanto, a aplicação prática deste reforço financeiro, que terá de ser sempre considerado como conjuntural, não tem tido até agora resultados eficazes, uma vez que, por razões várias – todas externas à Cinemateca - a maior parte delas de natureza administrativa e orçamental, têm implicado que a prossecução dos cronogramas de cada projeto tem vindo a ser protelada como mais à frente se poderá constatar.

Esta contrariedade não deixa de ser contraproducente com aquilo que as tutelas esperam das direções dos organismos tutelados, que é a angariação de fontes de financiamento alternativas que reforcem o atual quadro de receitas orçamentais dos organismos. E que de alguma forma isso tem vindo a verificar-se na Cinemateca, através do esforço e de tempo dedicado pela sua equipa.

I.1. Missão e Caracterização

A Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema é um organismo da administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa, financeira e património próprio, tutelado pelo Ministro da Cultura, tendo por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

A Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema rege-se, na sequência do PREMAC, pelo Decreto-Lei nº 94/2007, de 29 de março e, em termos de estrutura interna, pela Portaria nº 374/2007, de 30 de março – diplomas que têm sido sucessivamente reprimados por força das leis do Orçamento do Estado.

I.1.1. Atribuições

São atribuições da CP-MC:

- a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;

- 2
- b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;
 - c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;
 - d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;
 - e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio e contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;
 - f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;
 - g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
 - h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográfica;
 - i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

I.1.2. Estrutura Orgânica e Funcional

Conforme definido na Portaria n.º 374/2007, de 30 de março (Estatutos), a estrutura orgânica da CP-MC é a apresentada na Figura 1:

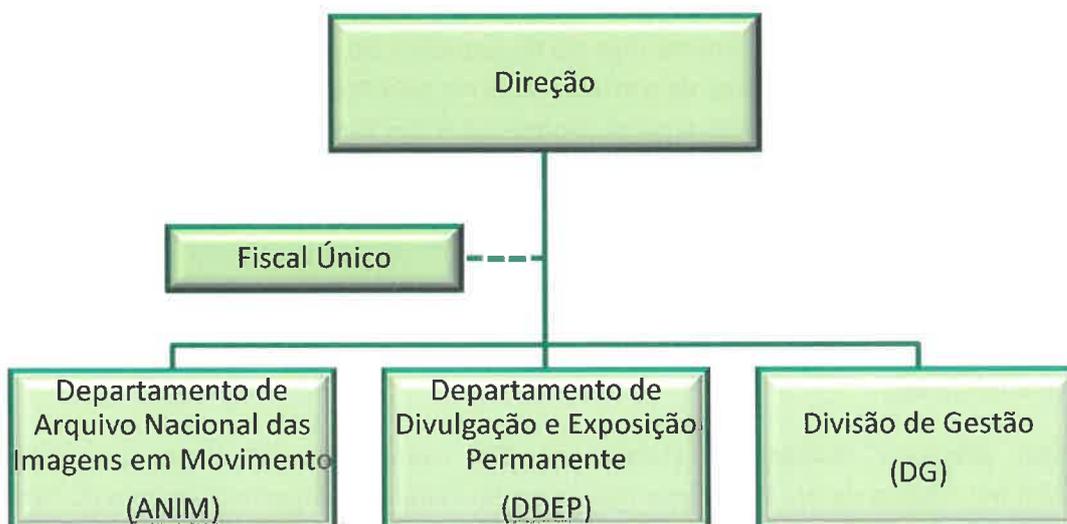


Figura 1. Organograma da CP-MC

I.1.3. Valores e cultura organizacional

Na prossecução dos seus objetivos, a Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema orienta as suas atividades e constrói a sua cultura organizacional com base nos seguintes valores:

- Respeito pelo património em acervo, pelos seus doadores e depositantes e pelos seus utilizadores;
- Primado do serviço público, considerando os direitos dos cidadãos à fruição cultural e ao acesso à informação;
- Excelência técnica em todos os procedimentos relativos à salvaguarda e comunicação do património cinematográfico, museográfico e biblio-iconográfico.

I.2. Serviços e Utilizadores

I.2.1. Caracterização dos principais serviços prestados pela CP-MC

Dos serviços prestados pela Cinemateca, destacam-se:

- Desenvolvimento sistemático das suas coleções, nomeadamente no que diz respeito à produção cinematográfica portuguesa e à documentação relacionada com a história das imagens em movimento em Portugal, através das modalidades de aquisição de compra, depósito, oferta ou permuta, e mais recentemente, no que diz respeito a textos e imagens fixas, pela captura de recursos Web;
- Conservação, preservação e restauro do património em acervo (cinematográfico, videográfico, museográfico e biblio-iconográfico);
- Constituição e disponibilização de instrumentos de pesquisa e acesso às coleções;
- Exibição de obras da história do cinema organizadas em ciclos temáticos de autor, nacionalidade ou outros;
- Acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
- Serviços de leitura e consulta local das espécies biblio-iconográficas em acervo;
- Serviços, locais e à distância, de informação relacionada com a sua atividade de salvaguarda e difusão do património cinematográfico;
- Organização de exposições temáticas relacionadas com a história do cinema;
- Empréstimo de obras para exposições organizadas por outros organismos ou entidades, no âmbito da museografia cinematográfica;
- Serviços de reprodução de materiais da coleção da CP-MC, em conformidade com a legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos e em respeito pelos depositantes;
- Participação em atividades e projetos de cooperação nacional ou internacional;

- 
- Edição de catálogos, DVDs e outros documentos relativos à sua atividade;
 - Laboratório de restauro fílmico, em atividade desde 1998.

1.2.2. Caracterização dos principais utilizadores dos serviços prestados pela CP-MC

Muito embora cada uma das atividades específicas da Cinemateca tenha conseqüentemente um público também ele específico, poder-se-á enumerar e tipificar alguns dos utilizadores:

- Os utilizadores da atividade de programação e exibição regular de obras da história do cinema, constituído não só pelo público das duas salas de que a CP-MC atualmente dispõe (um público cinéfilo, maioritariamente português de idade adulta), mas também o público do seu núcleo expositivo Cinemateca Júnior, maioritariamente constituído por crianças e jovens, acompanhados por pais ou professores;
- Os utilizadores dos serviços e recursos da instituição para atividades individuais de estudo e investigação, que recorrem à Cinemateca para acesso tanto no que se refere ao património fílmico como não-fílmico;
- Os utilizadores profissionais, tanto individuais como organizações, que utilizam os serviços e recursos da instituição para fins de edição, exposição, divulgação ou outros, e que se relacionam com a Cinemateca para esses fins;
- Os detentores de património fílmico que, através da atividade de depósito dos seus acervos na Cinemateca, vêem garantida a boa conservação do seu património;
- O Governo no sentido de ver satisfeita uma necessidade que se enquadra no interesse público, na medida em que existe a prestação de um serviço público por parte da instituição;
- Os Media que recorrem aos serviços e recursos da instituição para fins de divulgação ou outros, e que se relacionam com a Cinemateca para esses fins;
- A comunidade arquivística na vertente de disseminação de conteúdos e cooperação em geral dada a existência de interesses mútuos;
- A comunidade de ensino e investigação que usufrui dos recursos (património fílmico e não-fílmico) da instituição para atividades de ensino, estudo e investigação;
- O cidadão em geral que utiliza os recursos da instituição para fins de interesse pessoal relacionado com a atividade desempenhada pela Cinemateca.
- A Federação Internacional dos Arquivos de Filmes (FIAF), de que a Cinemateca é membro efetivo desde 1956, prosseguindo os objetivos principais definidos e comungando do respetivo Código de Ética, designadamente no que diz respeito aos Direitos das coleções, Direitos das gerações futuras, Direitos de exploração, Direitos dos colegas arquivistas, comportamento dos Recursos Humanos;

- 
- A Associação das Cinematecas Europeias (ACE), que tem como objetivo preservar e promover o património cinematográfico europeu e fortalecer a cooperação entre os seus membros.

II. Autoavaliação

Em alinhamento com a missão, as atribuições e a orgânica da CP-MC, no âmbito do QUAR, foram identificados como objetivos estratégicos: *i) Promover o conhecimento da história do Cinema; ii) Salvar e valorizar o património cinematográfico (filme e não-filme); iii) Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.*

II.1. Objetivos Operacionais do QUAR

Para concretização dos objetivos estratégicos foram definidos quatro Objetivos Operacionais assim identificados:

- ◆ Promover o conhecimento da história do cinema;
- ◆ Preservar e/ou restaurar e/ou digitalizar obras cinematográficas;
- ◆ Descrever obras do património cinematográfico;
- ◆ Promover o desenvolvimento da cultura cinematográfica.

Os objetivos operacionais foram distribuídos pelos parâmetros de Eficácia (OO1), Eficiência (OO2, OO3) e Qualidade (OO4).

O conjunto dos objetivos identificados como sendo os mais relevantes (em número superior ao exigido), perfazendo para a avaliação final uma percentagem de 80%, foram *Promover o conhecimento da história do cinema; Preservar e/ou restaurar e/ou digitalizar obras cinematográficas e, por fim, Descrever obras do património cinematográfico.*

II.2. Resultados alcançados

Relativamente às taxas de realização alcançadas ao nível dos objetivos operacionais propostos no QUAR aprovado para 2017, todos foram concretizados e superados.

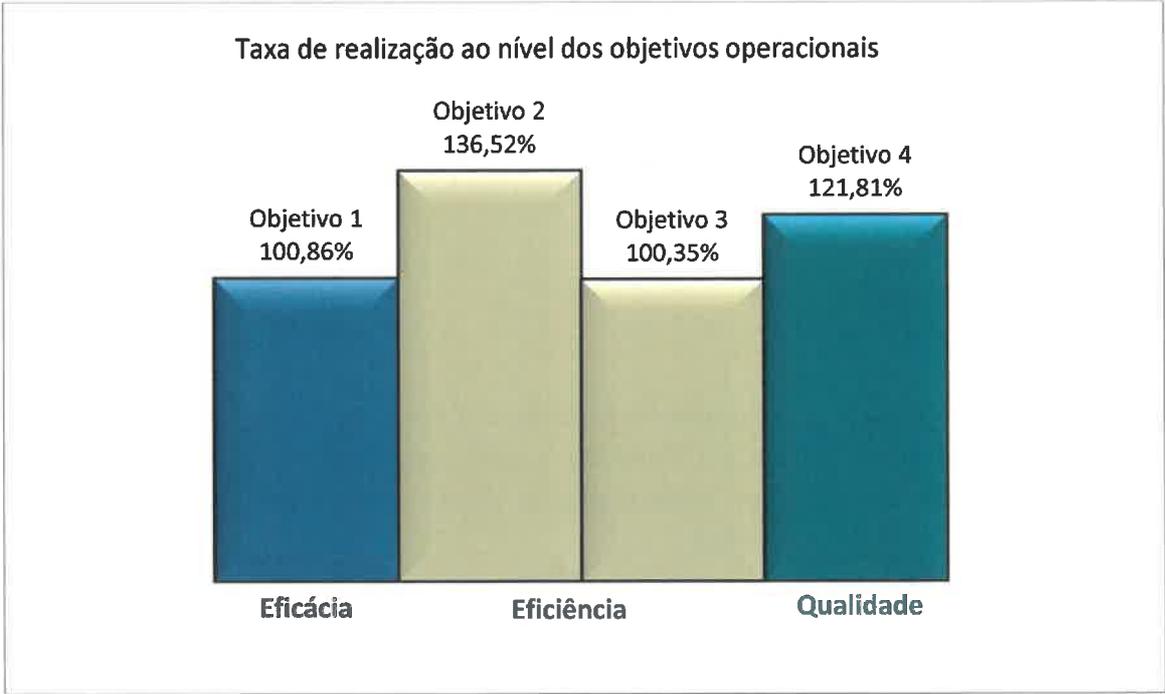


Figura 2. Taxas de realização ao nível dos objetivos operacionais

O gráfico abaixo evidencia as taxas de realização apresentadas ao nível dos indicadores de desempenho.

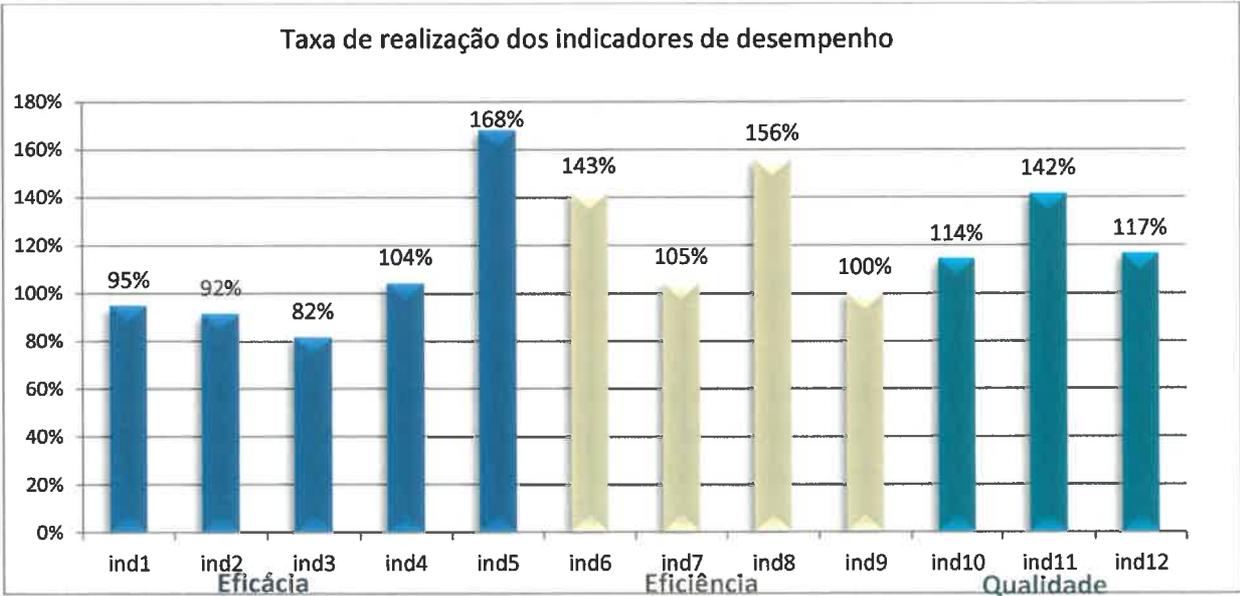


Figura 3. Taxas de realização dos indicadores de desempenho

✓



Figura 4. Taxas de realização dos parâmetros e taxa global

II.3. Relatório Detalhado do Cumprimento dos Objetivos

II.3.1. Objetivo operacional 1 (parâmetro *Eficácia*)

OO1. Promover o conhecimento da história do cinema							Peso 100%	
INDICADORES		META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Resultado	Taxa Realização	Classificação
1	N.º total de espectadores das sessões apresentadas nas duas salas da sede	51000	1000	53000	35%	48478	95,05%	Não atingiu
2	N.º total de visitantes e utilizadores das atividades da Cinemateca Júnior	8585	85	9000	20%	7860	91,56%	Não atingiu
3	N.º visitantes e utilizadores do Centro de Documentação e Informação	2000	100	2500	20%	1635	81,75%	Não atingiu
4	N.º acumulado de filmes disponíveis online na Cinemateca Digital	520	20	550	20%	542	104,23%	Superou
5	Número de documentos cinematográficos (analógicos ou digitais) e bibliográficos consultados in loco na biblioteca e no arquivo filmico	4141	41	4200	10%	6971	168,34%	Superou

Notas sobre as ações e considerações sobre o impacto dos indicadores:

O indicador “1” corresponde ao número de espetadores de obras de cinema difundidas, tendo como baseado no conceito “Público das obras de cinema apresentadas por organismos do perímetro do programa orçamental” superiormente designado.

O valor da meta proposta teve em conta o contexto interno e externo da programação regular da Cinemateca, considerando-se que a manutenção da política atual corresponde por si só a um esforço significativo. Condicionantes como a restrição de meios humanos e orçamentais adstritos à atividade de programação, onde se incluem também e significativamente os meios de promoção, a alteração macroscópica das condições de acesso ao património cinematográfico quer pela restrição de materiais acessíveis quer pelo aumento significativo dos direitos cobrados, impossibilitam almejar resultados diferentes dos atuais sem abastardamento da programação.

Apesar de desenvolver um esforço contínuo para reforçar o impacto público da sua atividade e um consequente crescimento sustentado não conseguiu atingir a meta proposta.

Relativamente ao número de visitantes do Centro de Documentação e Informação, o decréscimo verificado face às expectativas iniciais será motivo de debate e reflexão internas, com vista ao levantamento de hipóteses de solução para a sua alteração.

Relativamente ao número acumulado de filmes disponíveis *online* no site da Cinemateca, e assumindo que esta é também uma das maneiras de difundir o património cinematográfico português, que se encontra preservado, conseguiu superar-se este objetivo, mesmo tendo em conta que este crescimento se encontra sempre condicionado por autorizações dos detentores de direitos que terão de ser garantidas antes da disponibilização dos referidos filmes. Esta, aliás, vai continuar a ser uma aposta estratégica da Cinemateca. Disponibilizar na sua plataforma Cinemateca Digital património cinematográfico preservado e digitalizado, que assim, ficará acessível de uma forma mais fácil a toda a comunidade independentemente da sua localização geográfica no país.

II.3.2. Objetivo Operacional 2 (parâmetro *Eficiência*)

OO2. Preservar e/ou restaurar e/ou digitalizar obras cinematográficas								Peso 50,0%
INDICADORES	META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Resultado	Taxa Realização	Classificação	
6 Nº de novos materiais fílmicos (positivos, internegativos ou interpositivos) ou digitais de longa metragem, ou combinações de materiais fílmicos de longa e curta metragem com metragem total equivalente, produzidos como resultado de ações de preservação, restauro ou digitalização em alta definição	40	0	45	50%	57	142,50%	Superou	
7 N.º de metros de novos materiais fílmicos produzidos no laboratório de restauro da Cinemateca	60000	5000	70000	25%	62818	104,70%	Atingiu	
8 N.º de minutos de materiais fílmicos digitalizados no laboratório da Cinemateca	1800	250	2250	25%	2815	156,39%	Superou	

Notas sobre as ações e considerações sobre o impacto dos indicadores:

Apesar das restrições da equipa deste setor, bem como todos os entraves associados à atividade de contratação de serviços na administração pública - o que tem tornado cada vez mais difícil manter em funcionamento o laboratório de restauro cinematográfico - foi possível manter um valor aproximado de produção, comparado com o ano anterior. O laboratório da Cinemateca continua a produzir trabalhos de restauro de excelência, não só na área do cinema português, onde todos os anos vão sendo preservados e restaurados analogicamente alguns filmes portugueses, mas também alguns filmes estrangeiros, fruto de encomendas oriundas de arquivos e cinematecas de vários países. Também ao nível da digitalização, os números indicam uma forte tendência de crescimento, o que não deixa de ser assinalável, tendo em conta que nada se alterou no que à equipa diz respeito.

No entanto, deve sublinhar-se que, se as dificuldades de contratação da equipa deste setor não forem resolvidas, este setor corre o risco de interromper a sua atividade no curto prazo, com todos os custos e consequências que daí advêm.

II.3.3. Objetivo Operacional 3 (parâmetro *Eficiência*)

003. Descrever obras do património cinematográfico								Peso 50%
INDICADORES		META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Resultado	Taxa Realização	Classificação
9	Nº de bens do património cinematográfico catalogados	18000	500	19000	100%	18063	100,35%	Atingiu

Notas sobre as ações e considerações sobre o impacto dos indicadores:

Em 2017, conseguiu-se manter o ritmo forte na ação de identificação de materiais fílmicos e digitais, com o consequente aumento dos materiais catalogados na base de dados de existências. O incremento de materiais digitais esteve diretamente relacionado com a digitalização de obras originalmente produzidas em formato fotoquímico, assim como com a entrada por parte do ICA dos depósitos contratuais de filmes portugueses nativos digitais. Relativamente aos materiais fílmicos, a incidência na identificação caiu nos grandes depósitos de curtas e longas-metragens de ficção feitos pelas distribuidoras portuguesas e cuja identificação tem sido feito ao longo dos últimos anos.

II.3.4. Objetivo Operacional 4 (parâmetro *Qualidade*)

004. Valorizar obras do património cinematográfico								100,0%
INDICADORES		META 2017	Tolerância	Valor crítico	PESO	Resultado	Taxa Realização	Classificação
10	Nº de atividades para escolas, ateliers e visitas guiadas à Cinemateca	180	10	225	50%	206	114,44%	Superou
11	Nº de atividades de extensão cultural externas	60	5	75	25%	85	141,67%	Superou
12	Nº de edições	6	1	8	25%	7	116,67%	Atingido

Notas sobre as ações e considerações sobre o impacto dos indicadores:

De notar que no ano de 2017 a equipa do serviço educativo (Cinemateca Júnior) manteve-se reduzida por motivo de baixa médica de uma das três funcionárias. Durante todo o ano de 2017, e apesar do esforço adicional orçamental através de algumas aquisições de serviços pontuais, o serviço funcionou apenas com a presença de dois elementos. O terceiro elemento não está a trabalhar desde outubro de 2014.

Não obstante esta óbvia limitação, o serviço educativo da Cinemateca manteve a sua oferta de programas de *ateliers* (cinema e pré-cinema) e filmes para as escolas, organizadas para diferentes faixas etárias conseguindo superar o objetivo proposto, destacando-se neste particular a participação ativa deste setor da Cinemateca nas ações decorrentes do Plano Nacional de Cinema.

O número de atividades de extensão cultural externas e que incluem as retrospectivas e ciclos co-organizados fora da Cinemateca, apresentações em encontros nacionais e internacionais, cedência de cópias para eventos externos, bem como exposições temporárias e itinerantes, foi um indicador novo proposto neste QUAR, E consequentemente, sem dados comparativos de anos anteriores. Apesar disso, o resultado atingido não deixa de ser relevante, destacando-se em particular algumas



mostras de cinema português no estrangeiro e que contaram com o apoio e colaboração da Cinemateca.

O nº de edições corresponde à atividade de edição de livros e catálogos sobre cinema, bem como de edições DVD. Destacam-se em 2017 as edições DVD relativas ao cinema mudo português de ficção (Os Lobos e Mulheres da Beira do realizador Rino Lupo e Lisboa, Crónica Anedótica, de Leitão de Barros).

II.4. Avaliação Final

Muito embora as áreas de atuação da CP-MC não se esgotem neles, os objetivos operacionais estabelecidos correspondem a atividades nucleares do organismo.

Os resultados do desempenho do QUAR foram apurados tendo em conta as fórmulas de cálculo disponibilizadas no modelo de avaliação e seguindo as orientações transmitidas pelo serviço competente – Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC).

O resultado global do desempenho da CP-MC foi de 112%, sido superados 6 dos 9 objetivos e atingidos 3, correspondendo, à expressão qualitativa de “bom”.



III. Atividades Desenvolvidas, previstas e não previstas no Plano

Apresentam-se em seguida as atividades desenvolvidas pelas 3 unidades orgânicas da CP-MC: Arquivo Nacional das Imagens em Movimento (ANIM), Departamento de Divulgação e Exposição Permanente (DDEP) e Divisão de Gestão (DG).

III.1. Arquivo Nacional das Imagens em Movimento

Destacam-se como atividades do ANIM em 2017 as seguintes:

III.1.1. Aquisições

III.1.1.1. Coleção Fílmica

Em 2017 foram acrescentados à nossa coleção **1.807** novos títulos, tendo-se identificado e inventariado **3.134** novos materiais fílmicos, que deram entrada na Base de Dados de existências do arquivo da Cinemateca.

Ambos estes números provêm parcialmente de entradas na coleção de processos de aquisição entrados no ANIM em anos anteriores e ainda não tratados até 2017, sendo que a restante parte diz respeito a títulos provenientes de processos de aquisição entrados e tratados durante este ano. Também alguns destes processos ainda não foram identificados na sua totalidade, pelo que a contagem de títulos remanescentes ainda não identificados/catalogados só entrará em anos futuros. Relativamente ao número de novos materiais fílmicos entrados na coleção em 2017, dizem apenas respeito aos materiais identificados e catalogados durante este ano, quer sejam referentes a novos títulos ou de títulos já identificados anteriormente.

Em 2017 foram abertos **60** processos relativos a aquisições, sobretudo depósitos e doações e ofertas, tendo sido apenas adquirido um fundo de cópias, na sua maioria do cinema asiático, a um distribuidor internacional. Foram registados **51** atos de entrada de materiais.

A Cinemateca Portuguesa tinha no final de 2017, na sua Base de Dados, **32.382** diferentes títulos com suportes originais em película e um total de **68.840** materiais identificados e numerados na Base de Dados de Existências.

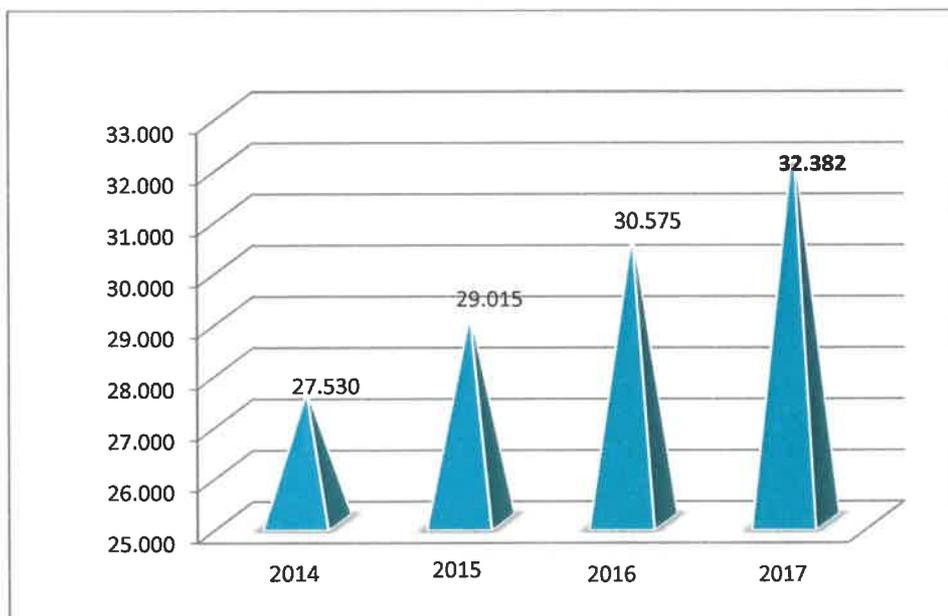


Figura 5. Comparação do número de títulos em formato de película

III.1.1.2. Coleção Vídeo/Digital

O crescimento de novos títulos neste universo vídeo/digital é alimentado principalmente pelo depósito da atual produção do cinema português e pela identificação de depósitos videográficos. Deve sublinhar-se que em 2017 foram identificados os depósitos contratuais de obras nativas digitais entregues pelo ICA relativos aos anos de 2014, 2015 e 2016. Assim, o número de obras entradas na Base de Dados em 2017 neste universo foi de **142** títulos. No final do ano de 2017, o total de títulos em formato vídeo/digital era de **6.868**, existindo. Em 2017 entraram **611** materiais vídeo/digitais, correspondentes a originais vídeo/digital entretanto trabalhados na Base de dados.

No total a coleção de materiais vídeo/digital no final de 2017 era de **36.630** materiais, entre os quais **125** cópias digitais em formato DCP e **72** masters digitais (resultantes de trabalhos de digitalização de obras produzidas originalmente em suporte fotoquímico ou resultantes de depósitos de obras nativas digitais apoiadas pelo ICA).

Relativamente ao ano que passou, foi produzido um total de **327** ficheiros digitais, com respetivo derivado para acesso, havendo no final do ano um total de **2.843** ficheiros. Este crescimento explica a tendência do acesso à coleção ser feito através de visionamento de filmes em ficheiro e também o crescimento da plataforma *online* Cinemateca Digital que é alimentada por estes ficheiros.

III.1.2. Preservação/Restauro/Digitalização

Tal como se verificou nos últimos anos, 2017 foi um ano em que mais uma vez não foram disponibilizadas pelo estado português verbas específicas de programas de investimento destinadas aos diversos universos de preservação que temos trabalhado no passado. E como consequência desta restrição foram preservados/restaurados em película apenas **17** títulos, todos trabalhos executados no laboratório da Cinemateca.

Para além disso, e tal como em anos anteriores, há assinalar um conjunto de tiragem de novas cópias de diversos filmes para serem exibidas em alguns eventos da programação da Cinemateca, destacando-se a tiragem de algumas cópias de filmes do universo das longas-metragens, que dos quais não existia uma única cópia de visionamento em boas condições de projeção.

No entanto, estes números relativamente baixos referentes ao trabalho laboratorial fotoquímico também se explicam pelo nascimento de uma nova área de trabalho (a digitalização alta definição) que é desempenhada sobretudo pela mesma equipa existente no laboratório.

Em 2017 foram produzidos trabalhos de digitalização em alta resolução (2K, UHD e 4K), produzindo-se não só novas matrizes digitais, mas também cópias DCP. No universo das longas-metragens portuguesas foram digitalizados **12** títulos.

III.1.3. Catalogação

Um total de **1.949** entradas foi acrescentado à nossa Base de dados durante 2017. Existindo no final do ano um total de **39.250** títulos, filme, vídeo, ou digital, em todos os formatos, com a descrição técnica dos materiais respetivos, registo do seu uso e a sua condição física, assim como a informação dos detentores de direitos conhecidos.

III.1.4. Acesso



Um total de **1.772** cópias foi disponibilizado pelo departamento ANIM para acesso, tanto por pesquisadores individuais nas nossas instalações, como por entidades coletivas para fins culturais, fora da nossa própria atividade de programação. Em película foram cedidas **607** cópias e em ficheiro **1165**. A tendência dos próximos anos será que este último número aumente em detrimento do anterior. No entanto, para os investigadores e estudantes da área de cinema continuamos com a política de aceder, preferencialmente, cópias em suporte película, quando esta cedência não colocar em causa a situação patrimonial do título em questão.

A cooperação externa desenvolveu-se ao longo do ano com **69** empréstimos de cópias correspondendo esse número a **201** cópias emprestadas.

No seguimento do que vem acontecendo em anos anteriores, os nossos parceiros da FIAF encontram-se ainda em minoria, comparando com o número de empréstimos a outras entidades (festivais de cinema, centros culturais nacionais e estrangeiros, e/ou fundações e cineclubes).

Efetuarão-se cedências aos seguintes colegas da FIAF (a alguns deles mais do que uma cedência ao longo do ano): CGAI-Filmoteca de Galicia, Israel Film Archive/Jerusalem Cinematheque, Filmoteca de Catalunya, Munich Filmmuseum, Svenska Filminstitutet / Swedish Film Institute, BFI - British Film Institute, Filmoteca Española, Cineteca di Bologna, EYE Filmmuseum, Jugoslovenska Kinoteka Archive, Anthology Film Archives, Cinémathèque Québécoise, Cinémathèque Française, Bulgarska Nacionalna Filmoteka / Bulgarian Film Archive, Cinémathèque de Toulouse.

Entre as outras entidades estrangeiras que receberam filmes nossos mencionamos: Another Look – The Restored European Film Festival Israel, Mucem - Musée des civilisations de l'Europe & de la Méditerranée, ASSECOM-CA Associação São-Tomense de Entretenimento e Comunicação Multimédia, Cultural e Artístico - São Tomé Festfilm, Festival de cinéma Les Inattendus Lyon, Fronteira Festival, Arsenal, BAFICI - Buenos Aires Festival Internacional de Cine Independiente, Courtisane Festival, Festival L'Europe autour de l'Europe, International Short Film Festival Oberhausen, CAFx - Copenhagen Architecture Festival, Bildrausch – Filmfest Basel, Festival de fado de Madrid e Sevilha, Zeughauskino - Deutsches Historisches Museum, Viennale, Festival Internacional de Cine de Sevilla (SEFF), Cali International Film Festival - FICCALI, Filmville, Cinematheque Busan, Film Society of Lincoln Center. Das instituições nacionais que receberam filmes da nossa coleção mencionamos: Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, I.P. (Sófia, Israel, Montreal), Centro de Língua Portuguesa Camões IP (Lyon), Medeia Filmes, EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, CórteX - Festival de Curtas Metragens de Sintra, IndieLisboa / IndieJunior Allianz - Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil do Porto, Leopardo Filmes, Fundação Calouste Gulbenkian, FESTin - Festival de Cinema Itinerante da Língua Portuguesa, Cinema Passos Manuel / Museu Soares dos Reis, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa, Câmara Municipal de Viana do Alentejo, Cineclube de Faro, AO NORTE - Associação de Produção e Animação Audiovisual - Encontros de Cinema de Viana do Castelo, Associação Luzlinar, Festival Underscore, Câmara Municipal de Loures, Fundação de Serralves, Curtas Metragens CRL, Fundação Casa da Música, Cine Clube de Viseu, Câmara Municipal de Estremoz, Fundação Marques da Silva / Universidade do Porto, Apordoc, Orquestra Jazz de Matosinhos / Câmara Municipal de Matosinhos, LEFFEST - Lisbon & Sintra Film Festival.

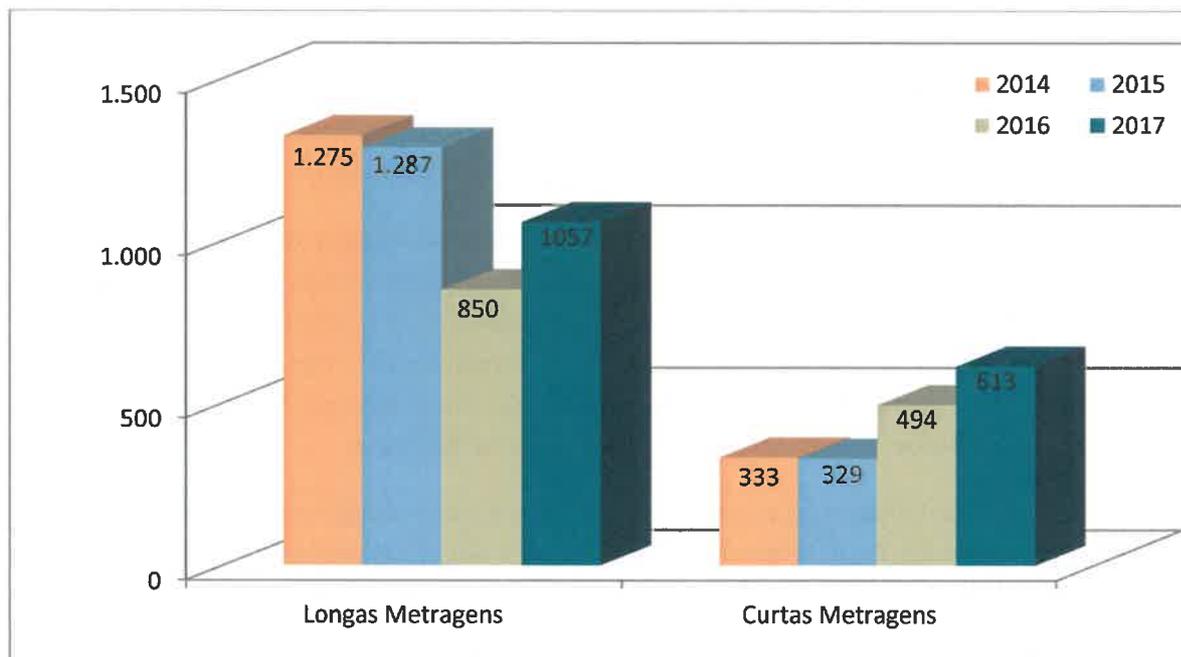


III.2. Departamento de Divulgação e Exposição Permanente

Destacam-se como atividades do DDEP em 2017 as seguintes:

III.2.1. Exibições

Do dia 2 de janeiro até ao final do ano de 2017, programámos para um total de **1.116 sessões** (1.057 longas metragens e 613 curtas-metragens, 1.670 títulos) – ver Figura 6. O total de espectadores das duas salas da Sede foi de **48.478**.



Fonte: DDEP

Figura 6. Distribuição das sessões entre longas e curtas-metragens

Mantivemos a distribuição gratuita de uma “Folha de Sala” por cada sessão, com informação sobre o filme bem como pequena análise crítica e histórica do(s) filme(s) exibido(s).

Algumas das principais retrospectivas foram:

O Cinema e a Cidade: Um ciclo constituído por 46 programas com perto de 100 filmes, dividido por 3 meses, uma reflexão sobre o binómio cinema-cidade. Partindo-se de uma pluralidade de géneros, períodos, escolas e cinematografias que traduzem a diversidade de cidades retratadas – do neorrealismo aos cinemas novos e ao cinema negro, e incluindo vertentes contemporâneas e mais experimentais –, este Ciclo que podia estar na origem de muitos subciclos dedicados a motivos específicos como a relação da cidade com as suas periferias e as comunidades migrantes e marginais, a ruralidade, a arquitetura e urbanismo.

1917 no Ecrã: Este Ciclo organizado por ocasião do centenário do acontecimento histórico mais marcante do século XX e aquele que teve as mais vastas consequências – a revolução comunista de 1917 – não foi um Ciclo sobre o cinema soviético, nascido desta revolução. O conceito do Ciclo “1917 no Ecrã” consistiu em percorrer as diversas formas em que a Revolução Bolchevista e a guerra civil que se lhe seguiu e que durou cerca de cinco anos foram representadas no cinema, tanto na União Soviética como em outros países.

O Ano de 1967 – Terras em Transe: A diversidade da produção revelada num único ano e nas mudanças radicais ocorridas na produção, na narrativa e na linguagem fílmica.



Temáticas / Tributos especiais / Cinemas Português:

Um Século de Cinema Romeno: Desde que o realizador Cristian Mungiu recebeu em 2007 a Palma de Ouro pelo seu filme "*4 Meses, 3 Semanas e 2 Dias*", o cinema romeno passou a ser um dos alvos da distribuição comercial pelo mundo (Portugal não foi exceção quer no circuito comercial quer no de Festivais) mas ainda desconhecido da maioria do público. Com esta motivação, exibimos uma escolha de vinte e três filmes de vinte e três realizadores diferentes, todos eles não editados comercialmente em Portugal. Todas as exibições foram ante-estreias na Cinemateca.

Cinema Tunisino: Uma abordagem histórica do cinema tunisino com a exibição de sete filmes exibidos pela primeira vez na CP-MC.

Stroheim – Ator Imperial : As obras de Stroheim enquanto ator nos Estados Unidos e na Europa.

Lubitsch Americano: Ciclo focado nos anos 20 e 30 a que corresponde o período americano do realizador.

O Fator Preminger: Obras do realizador Otto Preminger que mostram o constante desafio à censura do cinema americano especialmente, ao Código *Hays*, abordando as diversas "proibições" como a sexualidade, o racismo e a religião que prevaleciam em Hollywood desde o início dos anos trinta.

James Gray em Contexto: Retrospectiva integral da obra deste realizador norte-americano contemporâneo.

Homenagem a Andrea Tonacci: Com a colaboração dos Encontros Cinematográficos do Fundão, a homenagem ao realizador brasileiro recentemente desaparecido e que esteve na Cinemateca em 2015.

Mitchum, O Herói Feio: Uma seleção de filmes desde os anos 40 até aos anos 90 com a participação do ator.

The Heartbreak Kids: Warren Beatty e Elaine May: Uma seleção de títulos de Beatty e May nos diferentes papéis que desempenharam de atores, argumentistas, produtores ou realizadores.

Da Luz de Raoul Coutard: Este ciclo exibiu os títulos menos vistos e conhecidos deste realizador.

Carta Branca a Paula Rego: Um tributo à pintora Paula Rego no mesmo mês em que se estreou o documentário *Paula Rego, Histórias & Segredos*, da autoria do seu filho Nick Willing.

Retrospectivas conjuntas organizadas com alguns festivais:

- Com o IndieLisboa: retrospectiva completa do trabalho de Paul Vecchiali com a sua presença.
- Com o DocLisboa: Uma Outra América: O Singular Cinema do Quebeque: uma retrospectiva do cinema do Québec (incluindo documentário e ficção nascida da abordagem documental) desde o final dos anos cinquenta até o presente.
- Com a 8 ½ Festa do Cinema Italiano: homenagem a Dino Risi.
- Com a Monstra (Festival de Animação de Lisboa): As diferentes versões do carácter e do personagem Pinocchio.
- Com FIMFA LX: um documentário único sobre o teatro americano de marionetas

- 
- Com a Festa do Cinema Francês: um programa sobre o realizador Jean Pierre Melville, “*O mais Americanos dos Realizadores Franceses*”.
 - Com InShadow - Festival Internacional de Vídeo, Performance e Tecnologias: quinze pequenos programas sobre a relação entre o cinema e a dança realçando as abordagens criativas e inovadoras;

Cinema Português:

Cinema Português: Novos Olhares: Um Ciclo dividido por quatro meses que abordou o cinema português mais recente e os novos cineastas (considerados segundo os critérios duplos de idade e início de carreira, ou seja, os nascidos depois de 1974 - o nascimento do novo regime democrático cujas realizações são já do século XXI).

Luís Miguel Cintra: o cinema: Homenagem ao ator e diretor de teatro português, que também participou nos filmes de alguns dos realizadores portugueses mais relevantes, incluindo Manoel de Oliveira, Paulo Rocha e João César Monteiro.

Filmes Portugueses com Legendas: À semelhança de anos anteriores, um programa de verão dedicado aos nossos visitantes estrangeiros, com filmes portugueses de diferentes períodos da história exibidos em cópias legendadas em inglês ou em francês.

Ante-Estreias:

Durante 2017, realizámos 19 ante-estreias de filmes portugueses (*Zeus*, Paulo Filipe Monteiro | *São Jorge*, Marco Martins | *Os Silêncios do Olhar*, José Nascimento | *A Noite de Santo António*, João Gomes | *Esboços*, Sofia Pequeno | *Despertar*, Elisabete Gradiz | *Realidade Paralela*, Elisabete Gradiz | *Estrada de Nada*, Nuno Canavarro | *A Casa da Montanha*, Nuno Canavarro | *Comboio de Sal e Açúcar*, Licínio de Azevedo | *Nos Interstícios da Realidade ou o Cinema de António de Macedo*, João Monteiro | *Ventura Terra – Projectar a Modernidade*, Fernando Carrilho | *Aos Nossos Amigos*, Afonso Mota | *Henrique Espírito Santo – Até Amanhã, Henrique!*, Miguel Cardoso | *O Padeiro*, Maria Braga | *Alfenim dos Açores*, Maria Braga | *Sal Artesanal*, Maria Braga | *Tapeçarias de Portalegre*, Maria Braga | *O Que Fazer Daqui Para Trás*, Carla Fernandes.

Outras Iniciativas de Programação:

Na sequência da renovação desenvolvida nos anos anteriores, há a salientar outras rubricas da programação que complementam as rubricas de autor ou temáticas. São elas:

- **Histórias de Cinema:** Um evento de uma semana composto por cinco sessões-conferências, sobre um cineasta ou um tema. Em 2017 as duplas foram: Jonathan Rosenbaum apresentou Eric von Stroheim; Hans Hurch apresentou Ernst Lubitsch; Chris Fujiwara apresentou Otto Preminger; Cyril Neyrat apresentou Chantal Akerman; Peter Bagrov apresentou Fridrikh Ermler.
- **Realizador Convidado:** Por um período um pouco mais longo que a rubrica anterior, (normalmente cerca de duas semanas), um realizador apresenta os seus próprios filmes e eventualmente filmes de outros realizadores. Em 2017 o convite foi dirigido a Albert Serra.
- **Double Bill:** Aos sábados à tarde, um programa duplo com dois filmes escolhidos de acordo com vários critérios de associação.
- **História Permanente do Cinema Português:** Normalmente duas sessões por mês para recordar filmes portugueses de qualquer tipo ou duração, de forma não sistematizada e sem qualquer ordem cronológica, dando especial atenção a títulos relativamente esquecidos.

- **Imagem por Imagem:** Duas sessões mensais dedicadas ao cinema de animação, tanto português como estrangeiro.

Assinalando o Dia Mundial do Património Audiovisual (27 de outubro, data em que, em 1980, a UNESCO adotou na Assembleia Geral de Belgrado a *Recomendação para a Salvaguarda e a Conservação das Imagens em Movimento*), a CP-MC apresentou uma sessão especial de homenagem a Jerry Lewis (1926-2017) com a apresentação de uma cópia em 35 mm. do filme *The Family Jewels* um dos filmes de Jerry Lewis que o recorda como o “total film-maker” que foi, além de “cómico total” do cinema americano, na linhagem de Chaplin e de Buster Keaton.

III.2.2. Serviço Educativo – Cinemateca Júnior

III.2.2.1. Exibições

Entre janeiro e dezembro de 2017 (com exceção do período de férias entre 24 de julho e 31 de agosto) a Cinemateca Júnior teve um total de **7.860** visitantes participaram de nossas atividades de cinema e pré-cinema. Destes, **5.776** foram espectadores de cinema (**3.923** em grupos escolares e **1.853** público não escolar nas sessões sábado à tarde. Organizámos 62 *workshops/ateliers* que com um total de **1.259** participantes.

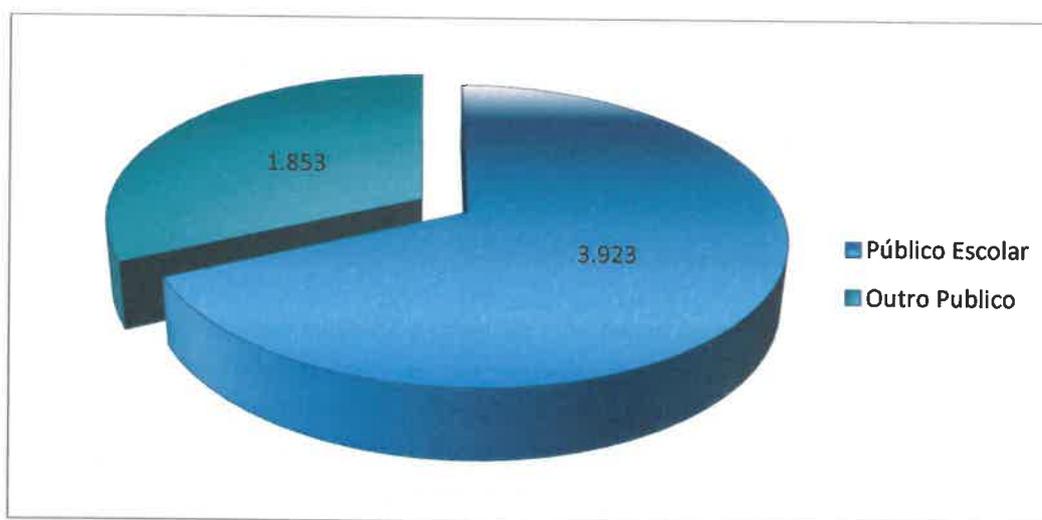


Figura 7. Distribuição dos espectadores de cinema da Cinemateca Júnior

Fonte: DDEP/CJ

Como habitualmente, foi elaborado um programa para o ano letivo de 2017-2018, tendo continuado a decorrer, nos primeiros meses, o programa do ano letivo anterior.

Às escolas são oferecidos: *oficinas* didáticas para os mais novos, visitas guiadas à exposição permanente dedicada aos inventos, brinquedos óticos e espetáculos que antecederam a invenção do Cinematógrafo, visionamento de películas dos arquivos da Cinemateca, desde os primórdios do cinema até à atualidade.

Para além destes programas, foram ainda elaborados programas de atividades para grupos (público infanto-juvenil) nos períodos das Férias da Páscoa, Verão e Natal.



III.2.2.2. 10º Aniversário da Cinemateca Júnior

No ano em que a CJ celebrou o décimo aniversário de atividade, comemorámos a efeméride realizando um vídeo sobre o trabalho desenvolvido ao longo destes anos, repartindo-o pelas diversas atividades realizadas.

No âmbito das comemorações, destacamos também os *workshops* que concebemos expressamente para esta celebração bem como a programação apresentada: “*Let’s Make Films*” (com a duração de 4 dias) coordenado por Manuel Mozos; “*Stop-motion animation*”, (com a duração de 3 dias) coordenado por Rui Telmo Romão que contaram ambos com a participação de 16 crianças; *Operador de camara por um dia*, coordenado pela Cláudia Alves em que participaram 17 crianças, *Por detrás dos desenhos de Alice* coordenado por Maria Remédio com a presença de 13 crianças.

Relativamente às sessões de cinema foram elaborados vários programas temáticos para as escolas, tais como: “Ciclo de cinema mudo” com acompanhamento ao piano por Filipe Raposo; Ciclo “Cinema e Literatura”, “Cinema e Pintura”, “Cinema e Holocausto”, “Cinema e II Guerra Mundial”.

Por ocasião desta comemoração também promovemos, em parceria com a Associação Os Filhos de Lumière, um seminário sobre a relação entre educação e as artes em geral e com o cinema em particular, que teve lugar na CP-MC e que contou com a presença de autores e investigadores de várias áreas tanto do lado da educação como do lado do cinema. A Cinemateca Júnior integrou o painel das comunicações sobre “Projetos Nacionais e Transnacionais / A sensibilização ao cinema dentro e fora da escola”. As conferências foram introduzidas pelos Senhores Secretários de Estado da Cultura e da Educação e a Senhora Coordenadora do PNC.

III.2.2.3. Colaborações

Contínua em vigor o Protocolo de Cooperação com a Câmara Municipal de Lisboa, assinado em maio de 2014, para a realização do Programa Passaporte Escolar e Pré-Escolar que, tendo como missão promover a oferta educativa e a formação de cidadãos conscientes, garante o transporte gratuito até à Cinemateca Júnior das crianças que frequentam os Jardins de Infância e as Escolas do 1º Ciclo da rede pública da cidade de Lisboa. No âmbito deste protocolo, em 2017 a Cinemateca Júnior facultou a entrada de 359 visitantes- a preço reduzido (1€ para os visionamentos de filmes e 2,50€ para a realização de atelier).

Na sequência do Protocolo de colaboração institucional entre a Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação e Ciência de Portugal, a Cinemateca Júnior integra a equipa de trabalho do Plano Nacional de Cinema (PNC) desde fevereiro de 2015. O serviço educativo da Cinemateca tem colaborado com o PNC no sentido de organizar e incentivar sessões de cinema nas salas da CP-MC, através da divulgação às escolas dos filmes aconselhados pelo Plano Nacional. A equipa da CJ colabora também no visionamento e na escolha dos filmes a exhibir neste âmbito.

A CJ tem sido visitada pelas escolas que aderiram ao Plano Nacional de Cinema, principalmente para o visionamento dos filmes em programa no PNC, mas também para visitas à exposição permanente de pré-cinema. No âmbito deste acordo, em 2017, a Cinemateca Júnior recebeu 868 visitantes.

III.2.2.4. Parcerias de programação

- Com o Festival Internacional de Cinema Infantil e Juvenil – PLAY: na sua 4ª edição, organizámos, em fevereiro, duas sessões públicas dedicadas à obra de Lotte Reiniger e às “*Silly Simphonies*” de Walt Disney. Realizou-se igualmente um *workshop* de cinema de animação para o público infantil. Nesta iniciativa contámos com a presença de 219 visitantes, entre espetadores e participantes na oficina.
- Com o MOTELX: Demos continuidade à parceria com o Festival Motelx, com a secção dedicada aos mais novos apresentando duas compilações de curtas-metragens de animação oriundas do mundo inteiro. Neste evento estiveram presentes 87 espetadores.
- Com a Fundação INATEL de Lisboa: No âmbito da iniciativa “Salão Piolho” foi organizámos uma sessão especial de cinema mudo com acompanhamento musical ao vivo por Nuno Costa e Óscar Graça. A sessão, que teve lugar em novembro, esgotou, tendo estado presentes de 120 espetadores.
- Com o Istituto Italiano di Cultura de Lisboa: Por ocasião da Semana da Língua Italiana no Mundo, em outubro, organizámos uma sessão de cinema italiano sobre a cidade de Veneza em que participaram 22 crianças.
- Com o Museu da Música Mecânica, em Palmela: Celebrando o seu 1º aniversário, o Museu da Música Mecânica de Palmela, convidou a Cinemateca Júnior a dinamizar uma atividade pedagógica nas suas instalações para alunos do 1º ciclo, dando a conhecer a origem, a história e funcionamento da lanterna mágica do século XX – uma das peças da coleção da Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema. No âmbito desta parceria, a Cinemateca Júnior recebeu nas suas instalações, em exposição, durante o mês de Dezembro, uma peça do Museu da Musica – um órgão de Barbárie do séc. XX. Unindo esta peça a uma lanterna mágica, realizámos um *atelier/oficina* em que participaram 19 visitantes.
- Com o Museu de São Roque, em Lisboa (Santa Casa da Misericórdia): Demos inicio uma colaboração com o Museu de S. Roque, que consistiu na realização de duas oficinas pedagógicas, uma no Museu de S. Roque (para explorar as pinturas sobre a figura de S. Roque) e outra na Cinemateca Júnior com a realização de um curto filme de animação que envolveu 14 participantes.
- Com a APORDOC – DOCKIDS: Numa parceria com o Serviço Educativo desta Associação, realizámos, em setembro, uma oficina temática de filmagem com duração de dois dias em que estiveram envolvidas 12 crianças.

III.2.3. Exposições

Para além da exposição regular de cartazes, cartonados e fotografias das coleções da Cinemateca alusivas a cada programa mensal e exibidas no espaço de entrada das salas de cinema, foram organizadas e apresentadas 4 exposições temporárias no espaço “39 Degraus”:

- **A PARTE IMERSA DO ICEBERG: imagens do Arquivo Nacional das Imagens em Movimento** (janeiro-março) - assinalando o 20º aniversário do serviço, uma exposição dedicada à revelação de alguns dos aspetos das suas atividades.
- **OS ANOS DE CINE-REVISTA (1917-1924)** (março-julho) – Assinalando os 100 anos daquela que durante muito tempo foi considerada a primeira publicação portuguesa especializada em cinema (a primeira, de facto, com o mesmo título e de curta duração, foi publicada em

1912, no Porto), a Cinemateca apresentou uma exposição dedicada a CINE-REVISTA cujo primeiro número se publicou em 15 de março de 1917 (embora nesse primeiro número conste, por gralha, o ano de 1916). Partindo dos artigos e das diversas temáticas abordadas pela revista, um retrato da produção e exibição cinematográfica nos anos (1917-1924) em que a revista foi publicada, através da exposição de documentos bibliográficos e iconográficos conservados na Cinemateca.

- **O CINEMA E A CIDADE - UMA EXPOSIÇÃO** (setembro-novembro) – Tempos houve em que os cinemas e outras salas de espetáculos encerravam durante o Verão. E outros houve também em que nesses meses se podiam rever alguns dos maiores êxitos de temporadas anteriores, bem como alguns clássicos em reposição. No contexto das várias iniciativas apresentadas em torno do tema “o cinema e a cidade”, uma exposição para dar a ver algumas das salas do espetáculo cinematográfico ao longo do século XX a partir de documentos conservados na Cinemateca.
- **DESENHOS DE GEORGES MÉLIÈS** (dezembro 2017-março 2018) – Exposição dos desenhos de Georges Méliès, pioneiro do cinema francês, pertencentes ao acervo da Cinemateca.

Para além destas Exposições exibidas nas suas próprias instalações, a Cinemateca foi convidada a divulgar as suas atividades através da realização de uma «montra temática» nas instalações do Ministério da Educação, em Lisboa.

III.2.4. Centro de Documentação e Informação

Ao longo do ano, o Centro de Documentação e Informação (CDI) prosseguiu as suas principais atividades com vista à manutenção das coleções de recursos “não-filme” que são disponibilizados ao público na Biblioteca, acrescentando mais-valia informativa a todos os itens adquiridos nas diversas modalidades de compra, doação, depósito, transferência ou “captura” (no caso dos recursos web) através das operações de registo, catalogação (para o que são utilizadas as *Regras Portuguesas de Catalogação*), indexação (para o que é utilizado o *Thesaurus* da FIAF), classificação (no caso das monografias, com recurso ao esquema de classificação por assuntos elaborado pela FIAF) e arquivo.

Ao nível das operações de registo, inventariação, catalogação (descrição física e formal dos documentos) e indexação (análise e descrição de conteúdos), foi trabalhado um total de **13.113** itens, de acordo com a seguinte distribuição: **3.716** itens bibliográficos (livros, publicações periódicas, guiões, *press-sheets*, programas, documentos de arquivo e DVD/CD-Rom); **9.397** itens iconográficos (cartazes, cartonados, desenhos, fotografias).

O CDI prosseguiu igualmente as tarefas de digitalização das coleções bibliográficas e iconográficas, com o duplo objetivo de conservação e acesso. Foram produzidas **1.078** matrizes digitais de espécies fotográficas, cartazes e cartonados, bem como as respetivas imagens derivadas; e foram digitalizadas **9** listas de diálogos ou planificações, bem como recortes de imprensa dos anos 30, 40 e 50 do século XX, bem como as respetivas imagens derivadas produzidas para disponibilização através da base de dados do serviço (apenas de acesso local).

No decurso do ano de 2017, a Biblioteca e o Arquivo Fotográfico receberam **486** visitantes, dando acesso a **3.842** documentos. Ao nível da colaboração com outras entidades nacionais e estrangeiras,

~
~

e para além dos habituais pedidos de informação à distância, apoios a festivais e organismos congéneres pelo envio de representações digitais de documentação biblio-iconográfica para os seus eventos, também em 2017 o CDI cedeu temporariamente as suas exposições itinerantes, nomeadamente a exposição «Cinema Português», que foi apresentada no INETE - Instituto de Educação Técnica, em março. De salientar ainda a cedência temporária de diversos documentos do realizador Leitão de Barros para figurar na exposição *Roque Gameiro* organizada e apresentada pela Fundação D. Luís I, em Cascais.

III.2.5. Edições



Em 2017, a Cinemateca prosseguiu a sua política de edições DVD. Foram editados dois DVDs duplos da coleção de cinema mudo: os filmes *Mulheres da Beira* (1922) e *Os Lobos* (1923) de Rino Lupo; e *Lisboa, Crónica Anedótica* (1930), de Leitão de Barros.

Rino Lupo (1884-1936) foi um dos mais interessantes realizadores estrangeiros ativos em Portugal na década de 1920 e tem um lugar fundador na história do cinema mudo português. Esta edição reúne os dois primeiros filmes que realizou em Portugal, dramas em ambiente rural rodados quase totalmente em exteriores e combinando atores profissionais e amadores. Os dois filmes têm acompanhamentos ao piano por Nicholas McNair e gravados propositadamente para esta edição. A

música de *Mulheres da Beira* é uma composição original de Nicholas McNair; a música de *Os Lobos* recupera a partitura original de António Tomás de Lima composta c.1925.

A primeira longa-metragem de Leitão de Barros (1896-1967) é um filme extraordinário que combina influências estéticas e tradições artísticas tão diferentes como a reportagem jornalística, o teatro de revista, ou as vanguardas cinematográficas europeias (filiando-se explicitamente na tradição das 'sinfonias urbanas' como *Berlim, Sinfonia de uma Capital*, *O Homem da Câmara de Filmar*, ou *Douro, Faina Fluvial*.) *Lisboa, Crónica Anedótica* é um retrato único da vida cultural lisboeta no final dos anos 1920 que combina cenas documentais com sequências encenadas em que participaram mais de 40 atores e atrizes, entre os quais alguns dos nomes mais importantes da história do teatro português como Chaby Pinheiro, Vasco Santana, Nascimento Fernandes, Estevão Amarante, Erico Braga, Berta Bívar, Augusto de Melo, Alves da Cunha, e muitos outros. Esta edição inclui ainda, como complementos, os dois primeiros filmes de Leitão de Barros – *Malmequer* e *Mal de Espanha* (1918). Todos os filmes têm acompanhamentos musicais ao piano inéditos por Filipe Raposo.



As duas edições possuem menus e legendas em português e inglês, assim como uma brochura ilustrada de 76pp com textos originais e documentos de época.

Em 2017, a Cinemateca também coeditou com distribuidoras privadas os seguintes filmes: *Brandos Costumes* (Alberto Seixas Santos, 1974) e *Gestos & Fragmentos* (Alberto Seixas Santos, 1983) – em parceria com a Real Ficção – e *Máscara de Aço Contra Abismo Azul* (Paulo Rocha, 1988) – em parceria com a Midas Filmes.

Todas as edições DVD resultam de digitalizações feitas pela Cinemateca e deram igualmente origem a cópias digitais em formato DCP de todos os filmes.



Produzimos **O Jornal da Cinemateca**. De janeiro a dezembro produzimos 7.000 exemplares, distribuídos gratuitamente em 111 locais culturais com grande afluência de público. Mantivemos o esforço para substituir o envio postal por envio eletrónico, que foi enviado por correio eletrónico para 7.329 contactos.



III.2.6. Cinemateca Digital

Como foi referido na nota introdutória, tem-se registado ao longo dos anos um crescimento sustentado da plataforma “Cinemateca Digital”, onde no final do ano de 2017 encontravam-se disponíveis para consulta e visionamento livre, no sítio da Cinemateca, mais de 540 filmes portugueses, correspondendo a mais de 7.500 minutos com imagens de todos os distritos de Portugal (incluindo Açores e Madeira) e de 151 concelhos. Assim, a lista de títulos e o universo selecionado têm vindo a alargar-se, mantendo-se, no entanto, a escolha de obras que se encontram preservadas em filme e cujas autorizações de publicação em linha tenham sido previamente asseguradas.

III.2.7. Visitantes

Em 2017, tivemos a honra de receber como convidados estrangeiros as seguintes personalidades: Albert Serra, Artem Bondarenko, Aya Koretzky Chris Fujiwara, Christine Reeh, Cyril Neyrat, Dan Pita, Denis Côté, Diedrich Diederichsen, Esteve Rimbau, Friedl vom Gröller, Gérard Courant, Guilherme Rodriguez, Hans Hurch, Hiroatsu Suzuki, Ioan Carmazan, Jacques Lemière, Jean-Pierre Léaud, Joanna Grudzinska, Jonathan Rosenbaum, Karen Akerman, Laurent Grousset, Laurentiu Damian, Licínio de Azevedo, Luca Ferri, Maia Sørensen, Mark Rappaport, Malte Rauch, Matthieu Orléan, Maureen Fazendeiro, Mohamed Challouf, Nick Willing, Paul Vecchiali, Pere Portabella, Peter Bagrov, Peter Bird, Raymond Bellour, Richard Brouillette, Robert Cambrinus, Serban Marinescu, Surunjan Ganguly, Susanne Malorny, Susanne Svantesson, Stuart A. Staples, Tobias Sandberger, Vittorio Storaro.

Simultaneamente acolhemos os atores, técnicos, realizadores, personalidades representativas da comunidade cinematográfica e cultural portuguesa como:

Adriano Mendes, Afonso Mota, Alexandre Alves Costa, Ana Eliseu, Ana Luísa Guimarães, André Badalo, André Godinho, André Marques, André Santos, André Valentim Almeida, António Silva, Artur Correia, Artur Serra Araújo, Basil da Cunha, Bruno de Almeida, Bruno Gaborro, Carla



Fernandes, Carlos Conceição, Carlos Marecos, Carmen Castello-Branco, Catarina Vasconcelos, Cláudia Alves, Cláudia Rita Oliveira, Cláudia Varejão, Cristiano Jesus, David Bonneville, Diogo Amarante, Diogo Pessoa de Andrade, Eduardo Brito, Elisabete Gradiz, Eva Ângelo, Fernando Carrilho, Fernando Galrito, Filipa Reis, Filipe Afonso, Filomena Serras Pereira, Francisco Lezama, Francisco Queimadela, Francisco Valente, Frederico Lobo, Georgina Benrós de Mello, Giuliane Maciel, Hugo Martins, Humberto Santana, Ico Costa, Inês Lobo, Inês Oliveira, Inês Sampaio, Inês Sapeta Dias, Inês Vila Cova, Inma Veiga, Isabel Dias, Martins, Isabel Pires, Joana Cunha Ferreira, Joana Frazão, Joana Gama, Joana Sousa, João Canijo, João Dias, João Gomes, João Mário Grilo, João Miller Guerra, João Monteiro, João Nicolau, João Nisa, João Pedro Plácido, João Pedro Rodrigues, João Rosas, João Rui Guerra da Mata, João Viana, Jorge Santos Alves, José Carlos de Oliveira, José Filipe Costa, José Manuel Fernandes, José Nascimento, José Neves, José Oliveira, Leonor Areal, Leonor Noivo, Leonor Teles, Luís da Matta Almeida, Luis Miguel Cintra, Madalena Miranda, Márcio Laranjeira, Marco Leão, Marco Martins, Margarida Acciaiuoli Brito, Margarida Gil, Margarida Leitão, Maria Alberta Meneres, Maria Braga, Maria Emília Brederode Santos, Mariana Caló, Mariana Gaivão, Mário Fernandes, Marta Pessoa, Mathilde Neves, Miguel Clara Vasconcelos, Miguel Gonçalves Mendes, Miguel Seabra Lopes, Mónica Santana Baptista, Nathalie Mansoux, Nuno Amorim, Nuno Artur Silva, Nuno Lisboa, Paula Rego, Paulo Abreu, Paulo d'Alva, Paulo Filipe Monteiro, Pedro Antunes, Pedro Augusto Almeida, Pedro Bastos, Pedro Flores, Pedro Koch, Pedro Peralta, Regina Pessoa, Renata Sancho, Rita Barbosa, Rita Figueiredo, Rossana Torres, Rui Pereira Jorge, Rui Simões, Rui Xavier, Rute Mateus, Sandro Aguilar, Sílvia das Fadas, Sílvia Firmino, Sofia Marques, Sofia Pequeno, Susana Nobre, Telmo Churro, Tiago Hespanha, Tiago Silva, Tomás Baltazar.

Ainda durante o ano 2017, tivemos a honra de receber, o Senhor Presidente da República Portuguesa, Marcelo Rebelo de Sousa, o Senhor Primeiro Ministro de Portugal, António Costa, o Senhor Presidente da Assembleia da República, António Ferro Rodrigues e o Senhor Ministro da Cultura, Luís Castro Mendes.

III.3. Divisão de Gestão

À Divisão de Gestão estão cometidas as áreas de carácter instrumental transversais ao funcionamento de todas as atividades da CP-MC, destacando-se as seguintes:

III.3.1. Recursos Humanos e Gestão Administrativa

No âmbito da gestão de Recursos Humanos (RH) executaram-se procedimentos ao nível do recrutamento de acordo com o mapa de pessoal aprovado e da gestão das carreiras dos recursos humanos existentes. Foi efetuada a gestão da assiduidade do pessoal e o processamento de vencimentos, abonos e descontos. Elaborou-se o balanço social e procedeu-se ao envio de todos os reportes obrigatórios, nomeadamente no Sistema de Informação de Organização do Estado (SIOE). Foi elaborado o mapa de férias por unidades orgânicas.

A Lei do Orçamento do Estado para 2017, no seu artigo 25º, determinou a criação de um programa de regularização extraordinária dos vínculos precários na Administração Pública e no Setor Empresarial do Estado - PREVPAP. Através deste programa os trabalhadores poderão regularizar o seu vínculo laboral com o Estado. Desta forma, nos termos da Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, foram remetidas as situações existentes na Cinemateca para avaliação da Comissão de Avaliação Bipartida, com o objetivo de certificar que as funções exercidas pelos trabalhadores correspondem a

22
necessidades permanentes e reconhecer se os vínculos jurídicos ao abrigo dos quais essas funções são exercidas são adequados.

No âmbito da gestão administrativa destacam-se o registo de expedição de correspondência, a coordenação das tarefas dos assistentes operacionais (motoristas e encarregado da manutenção) e a organização do arquivo corrente.

III.3.2. Aprovisionamento e Património

Sendo uma unidade transversal ao funcionamento de todo o organismo, estão cometidas à DG todas as tarefas decorrentes da gestão das despesas da atividade corrente da CP-MC: encargos com as instalações, contratos de manutenção e assistência técnica, encargos com a frota automóvel, equipamento administrativo e sua manutenção, despesas de conservação.

Por outro lado, todas as aquisições efetuadas no âmbito do Código dos Contratos Públicos estão afetas à DG: desenvolveram-se processos de aquisição de bens e serviços indispensáveis ao regular funcionamento da CP-MC, nos termos decorrentes do regime da Contratação Pública, designadamente, Acordos-Quadro, Ajustes Diretos e Contratos.

Em 2017 manteve-se um trabalho significativo nesta área para fazer face às exigências legais, nomeadamente as dispostas na Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2017 e no Decreto de Execução Orçamental relativamente aos limites da contratação com referência aos valores pagos no ano 2016. Foi necessário instruir vários pedidos de dispensa do cumprimento dessas disposições e pedidos de parecer prévio vinculativo aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da administração pública. Foi ainda necessário efetuar consultas ao INA relativas à existência de trabalhadores em situação de valorização profissional, no âmbito do procedimento prévio. A LOE também previa a necessidade de consultar as entidades do mesmo ministério, no caso das aquisição de serviços, cujo objeto fossem, estudos, parecer, projetos e serviços de consultadoria ou outros trabalhos especializados.

Procedeu-se à comunicação dos contratos celebrados nos termos Portaria n.º 194/2016 de 19 de julho.

III.3.3. Planeamento, Orçamento, Contabilidade e Tesouraria

No âmbito orçamental, elaborou-se e entregou-se a Conta de Gerência de 2016, executou-se e monitorizou-se o orçamento de 2017 e preparou-se o orçamento de 2018. Em matéria contabilística e de tesouraria, classificaram-se as receitas e despesas (em contabilidade orçamental e no âmbito do Plano Oficial de Contabilidade Pública através do Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública-SIAG), entregou-se o IVA (trimestral) e os demais mapas devidos no âmbito da atividade desenvolvida.

Foi ainda efetuada mensalmente a prestação de contas à Direção-Geral do Orçamento, através do seu *site* ou no âmbito do Sistema de Informação de Gestão Orçamental (SIGO): Compromissos Assumidos, Unidade de Tesouraria, Pagamentos em Atraso, Fundos Disponíveis, Contas de Execução Orçamental e Alterações Orçamentais e Relatório de Execução Orçamental.

Foram processados os fundos de maneiio da CP-MC de acordo com as normas em vigor e efetuou-se a gestão de tesouraria.



No que diz respeito à contabilidade, a partir do início de 2018, o SNC-AP, o Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública será de utilização obrigatória, pelo que 2017 foi o ano da transição do modelo de contabilidade pública baseado no Plano Oficial de Contabilidade Pública. A Cinemateca enfrentou o desafio de refletir esta alteração no SIAG. No decorrer do 3º trimestre de 2017, foi possível extrair todos os mapas obrigatórios exigidos pela DGO e submeter no portal S3CP - Sistema Central de Contabilidade e Contas Públicas.

III.4. Relações externas, formação e cooperação

III.4.1. Relações externas

Durante a edição do *Rendez-vous des Cinémathèques*, no MUCEM (Museu das Civilizações da Europa e do Mediterrâneo), ocasião em que a CP-MC foi homenageada, o Diretor, José Manuel Costa, e outros colegas do departamento de programação visitaram Marselha para a apresentação de vários filmes portugueses exibidos num programa realizado entre janeiro e junho. José Manuel Costa assistiu à abertura da retrospectiva Manoel de Oliveira, organizada pelo Arsenal - Institut für Film und Videokuns, em Berlim. Na sequência do convite dirigido pelo Festival Internationale Kurzfilmtage, em Oberhausen, o Diretor apresentou uma conferência intitulada A coleção de filmes não padronizados e de pequeno formato da Cinemateca Portuguesa e as práticas de conservação. Il Cinema Ritrovato, Festival de Cinema de em Bolonha contou com a presença de José Manuel Costa (que na mesma ocasião representou a CP-MC na Assembleia-geral da ACE), colaboradores do arquivo e laboratório e do departamento de programação. Em Outubro, José Manuel Costa participou no Colóquio Internacional "*La mémoire des films: préserver le Patrimoine Cinématographique*", em Alger. A convite da Cinémathèque de Toulouse, José Manuel Costa deslocou-se ao *Festival Histoires du Cinéma*, onde apresentou vários filmes da coleção da CP-MC. O subdirector participou do Congresso da FIAF em Los Angeles. Rui Machado foi a Tunes por ocasião da 28ª edição do Festival de Cinema "*Les Journées Cinématographiques de Cartago*" onde apresentou *Les Seuils Interdis*, uma cópia produzida a partir de uma cópia digital realizada no nosso laboratório.

III.4.2. Formação

Em 2017, a Cinemateca manteve a sua política de estágios curriculares não remunerados, iniciada em 2012, com a oferta de um conjunto de 10 vagas (distribuídas por dois períodos com a duração de três meses) destinados a estudantes de cursos superiores, incluindo finalistas de licenciatura e frequentadores de mestrado (1º e 2º ciclos do sistema académico de Bolonha). Verificou-se neste ano, tal como no anterior, um decréscimo de procura destes estágios, ficando por isso algumas vagas por preencher. Adicionalmente, acolheu a Cinemateca uma estagiária italiana, no âmbito do programa de formação Erasmus+, por um período de 3 meses, que para além disso selecionou uma publicação periódica portuguesa como objeto de estudo da sua tese de licenciatura apresentada à Universidade de origem neste mesmo ano.

O gráfico abaixo evidencia a evolução do programa de estágios nos últimos anos.

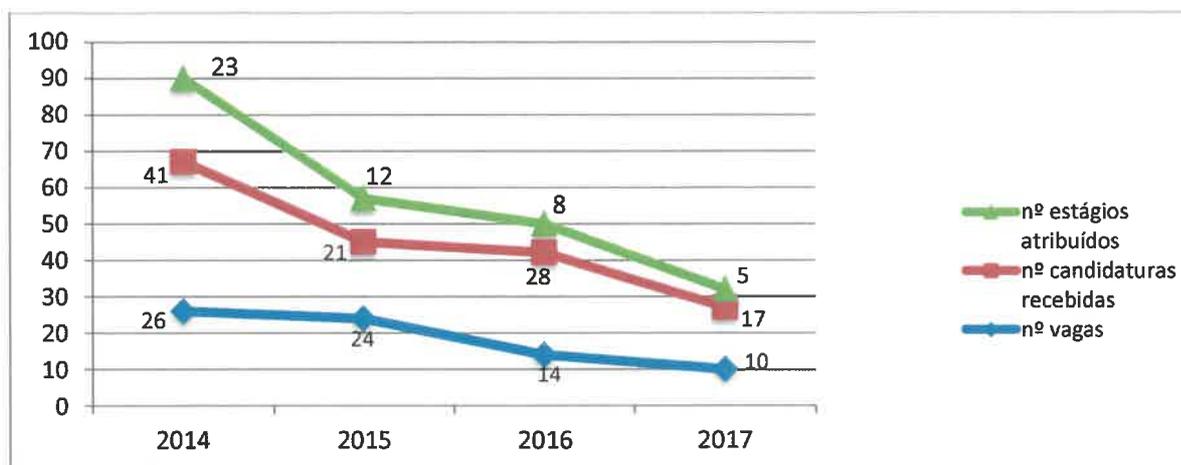


Figura 8. Estágios curriculares não remunerados, 2014-2017

Fonte DDEP/GRP

III.4.3. Cooperação

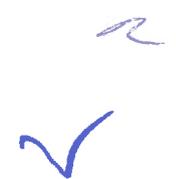
No ano de 2017, a Cinemateca participou no Sub-Grupo de Trabalho DRD-13 (Diretório de Repositórios Digitais) para a certificação e interoperabilidade entre repositórios digitais de Portugal nas áreas da Ciência e da Cultura, desenvolvido por diversos organismos por iniciativa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em articulação com o Ministério da Cultura.

III.4.4. Projetos cofinanciados

Tal como foi referido na nota introdutória, a Cinemateca tem em execução alguns projetos cofinanciados, alguns deles com a aprovação no ano de 2017, outros com aprovação em anos anteriores, e que por diversas razões, a sua execução têm vindo a ser recalendarizada, devido a atrasos que são provocados por entraves administrativos e orçamentais externos à instituição.

De forma resumida apresentam-se de seguida algumas linhas sobre cada um destes projetos cofinanciados:

- **Cin@matic** – projeto apoiado pelo programa SAMA/2020 e que se traduz na criação de nova infraestrutura global de informação da Cinemateca, integrando todas as atuais bases de dados de catalogação e informação patrimonial de gerações anteriores (filmes, documentação e outro património não-filme, Filmografia Portuguesa...), desbloqueando a sua evolução e criando uma plataforma de disponibilização alargada de informação. O valor global do projeto é de 254.196,03 €, sendo a componente financiada externamente de 124.307,74 € e a restante cofinanciada pela Cinemateca. O cronograma deste projeto teve de ser revisto, uma vez que a Cinemateca, durante o ano de 2017, procurou obter reforço orçamental, através de um pedido de desativação de verbas do seu orçamento de despesa, para poder cofinanciar este projeto. Este pedido foi aprovado pela DGO já no último trimestre do ano, pelo que em 2017 pouco ou nada se fez do ponto de vista de execução, tendo-se avançado apenas internamente com a preparação dos documentos e peças para a fase de concurso que avançará em 2018.

- 
- **PAR (Portal do Arquivo da RTP)** – também um projeto apoiado pelo mesmo programa SAMA/2020, embora através de um aviso diferente, tratando-se de um projeto em regime de consórcio com a RTP e que tem como objetivo a divulgação *online*, através de um portal, de todo o arquivo da RTP. A componente deste projeto que diz respeito à Cinemateca tem a ver com a instalação de estantes compactas em alguns dos cofres climatizados do ANIM que foram construídos em 2010 e onde serão acondicionados, em regime de depósito voluntário, conforme previsto em protocolo, todo os materiais fílmicos da RTP, com vista à sua melhor conservação, e que atualmente se encontram armazenados num espaço sem condições de climatização no Prior Velho, e com consequências nefastas para o seu estado de conservação presente e futuro deste património. Esta despesa, não sendo elegível no projeto, é parcialmente financiada pela própria RTP, conforme acordo assinado entre as duas instituições, e condicionada pela aprovação deste projeto em regime de consórcio, como aliás veio a acontecer. Do ponto de vista de execução, e pelas mesmas razões do projeto anterior, esta aquisição e instalação das estantes passaram para o ano de 2018, uma vez que a aprovação do pedido de descativação verificada no último trimestre de 2017 inviabilizaria a utilização desta verba durante aquele ano, uma vez que esta aquisição terá de ser feita através de um concurso público internacional, cujos prazos inviabilizariam a conclusão em tempo útil. O valor global de investimento estimado ascende aos 400.000 €, dividido em duas partes praticamente iguais, uma da responsabilidade da Cinemateca e outra da RTP.
 - **CHIC** – um projeto agregador, também financiado pelo Portugal 2020, através do aviso 10/SI/2016 - I&DT Empresarial (Programas Mobilizadores) e que engloba várias entidades públicas (institutos públicos, universidades) e privadas, em que a Cinemateca é participante num dos seus 11 pilotos aprovados. Neste caso, um piloto que tem como objetivo a criação de uma plataforma de acesso a filmes em formato de alta definição que será acedida às escolas inscritas no Plano Nacional de Cinema (PNC). A Cinemateca participa aqui como uma das entidades participantes do PNC, que colaborará tecnicamente com a definição dos formatos de ficheiros a serem disponíveis nesta plataforma e que terá financiamento para digitalizar filmes portugueses com vista à sua divulgação no âmbito deste plano nacional. Não só através desta plataforma, como nas diferentes salas de cinema do país que possam exibir cópias no atual formato digital DCP. Estima-se a conclusão do presente projeto em 2020. O valor global deste piloto é de 514.484.10 €, sendo o financiamento externo de 205.793,64 €. A aprovação deste projeto foi feita no final do ano de 2017, tendo o início das diversas fases agendado para o ano de 2018.
 - **ROSSIO** – este projeto tem por missão principal agregar, organizar, interligar, contextualizar, enriquecer e difundir um universo ímpar de conteúdos digitais provenientes das atividades de investigação, repositórios, arquivos, bibliotecas, coleções de arte e bancos de dados pertencentes a um conjunto de instituições de referência reunidas em consórcio para realizar um plano de ação comum. Os conteúdos partilhados serão indexados de acordo com uma estrutura de metadados em linha com padrões internacionais e enriquecidos com informação contextual, inter-relações, cronologias e mapas digitais. O projeto foi submetido pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas ao Concurso para a Criação de um Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação, tendo sido aprovado e recomendado para financiamento pela FCT. Financiamento aprovado no âmbito do Sistema de Apoio à Investigação Científica e Tecnológica (SAICT) - Projetos de Infraestruturas de Investigação

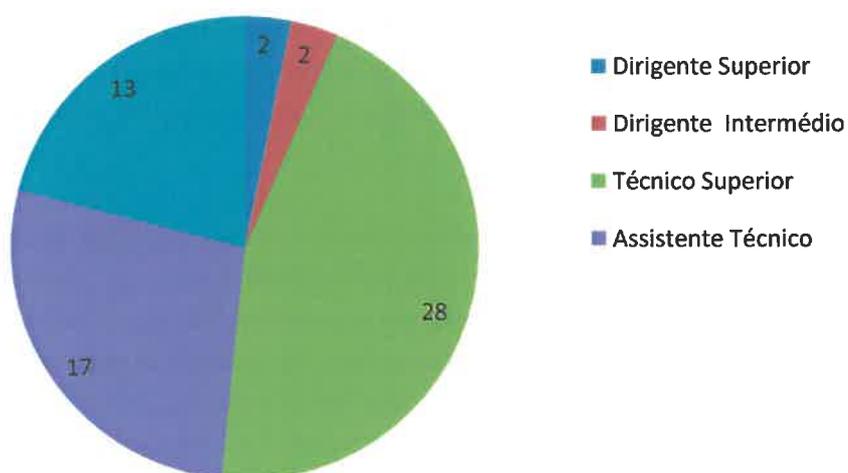
inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico. Quadro de investimentos da Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema: 134.270,00 € (aquisição de instrumentos e equipamento científico e técnico).

IV. Recursos utilizados

Analisa-se em seguida os Recursos Humanos e Financeiros da CP-MC em 2017.

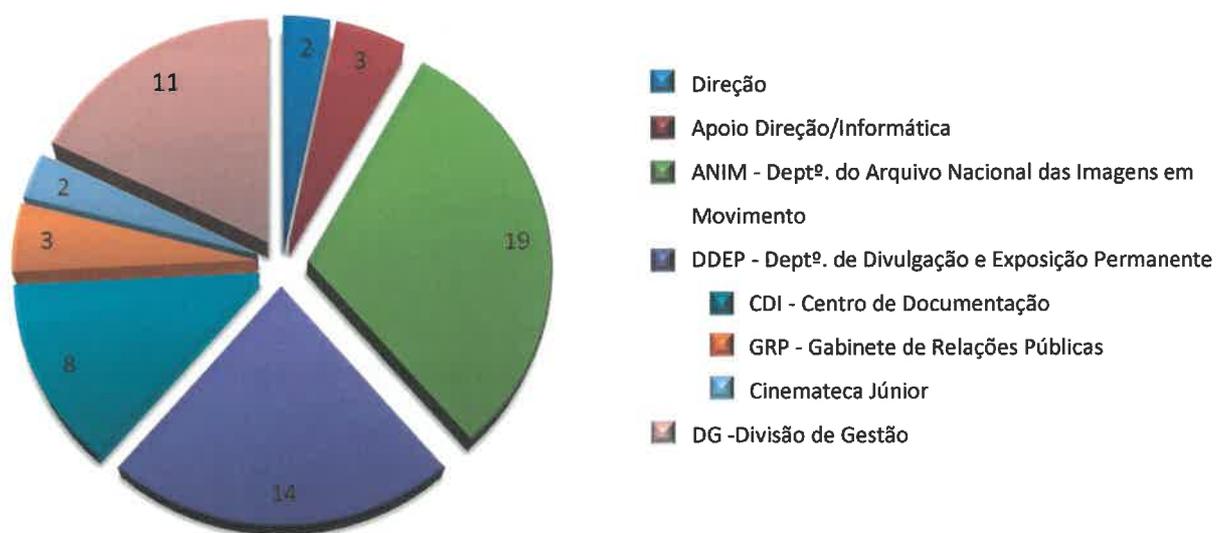
IV.1. Recursos Humanos

No final do ano, a CP-MC tinha 64 trabalhadores, dos quais 62 se encontravam em exercício efetivo de funções: quatro trabalhadores nomeados em comissão de serviço e os restantes com contrato de trabalho em funções públicas, distribuídos conforme se apresenta nas figuras abaixo:



Fonte: SIOE

Figura 9. Trabalhadores efetivos por carreira/cargo em 2017



Fonte: SIOE

Figura 10. Trabalhadores efetivos por unidade orgânica



A média de idades é de 52 anos. Salienta-se que 47% dos trabalhadores tem idade superior a 55 anos, apenas 3% dos trabalhadores tem idade inferior a 40 anos e não existe nenhum trabalhador abaixo dos 35 anos. Em matéria de género, 53% dos funcionários são do sexo masculino e 47% do sexo feminino. No que concerne os níveis de escolaridade 61% dos funcionários tem escolaridade até ao 12.º ano, sendo que os restantes 39% têm bacharelatos, licenciaturas, mestrados ou doutoramentos.

IV.2. Recursos Financeiros

IV.2.1. Orçamento

O orçamento da Cinemateca para o ano 2017 foi aprovado para um total de €4.230.470, dos quais €385.823 correspondem a rubricas extraorçamentais. Uma vez que estas rubricas englobam operações que não são consideradas orçamentais, mas com expressão na tesouraria, estes valores não foram considerados para análise do orçamento de receita e de despesa. Neste sentido, poderá afirmar-se que o orçamento inicial da Cinemateca (receita e despesa) totalizou € 3.844.647.

IV.2.1.1. Receita

Quadro 1. Orçamento da receita 2017

Designação – classificação económica		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Variações (Saldo de gerência)	Receita Cobrada
FF 361	RP AFETAS A PROJECTOS COFINANCIADOS - FEDER	44.882 €	21.332 €	23.550 €	13.677,00 €
FF 411	FEDER - COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	62.501 €	62.501 €	- €	6.199,29 €
FF 443	FUNDO SOCIAL EUROPEU - PO CAPITAL HUMANO	2.146 €	2.146 €	- €	- €
FF 510	RECEITAS PRÓPRIAS	2.435.118 €	2.458.668 €	- 23.550 €	2.478.424,53 €
FF 540	TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS	1.300.000 €	1.300.000 €	- €	1.300.000,00 €
FF 520	SALDO DE GERÊNCIA	- €	1.784.946 €	- 1.784.946 €	1.784.945,95 €
FF 488	FUNDOS EUROPEUS - SALDO DE GERÊNCIA	- €	1.285 €	- 1.285 €	1.284,46 €
TOTAL		3.844.647 €	5.630.878 €	- 1.786.231 €	5.584.531,23 €

Fonte: SIAG

O orçamento corrigido da receita corresponde ao orçamento inicial com a integração do saldo da gerência anterior, na posse do serviço. A receita cobrada foi inferior à prevista no orçamento corrigido em 46.346,77€, que corresponde à diferença entre o valor apurado no orçamento de investimento (-56.301,71) de fundos do FEDER que não foram solicitados, pela reprogramação do projeto Cinem@tic e o valor de 9.955,53€ no orçamento de funcionamento, fundamentado nomeadamente pelo valor da taxa de exibição ter excedido o valor orçamentado.

IV.2.1.2. Despesa

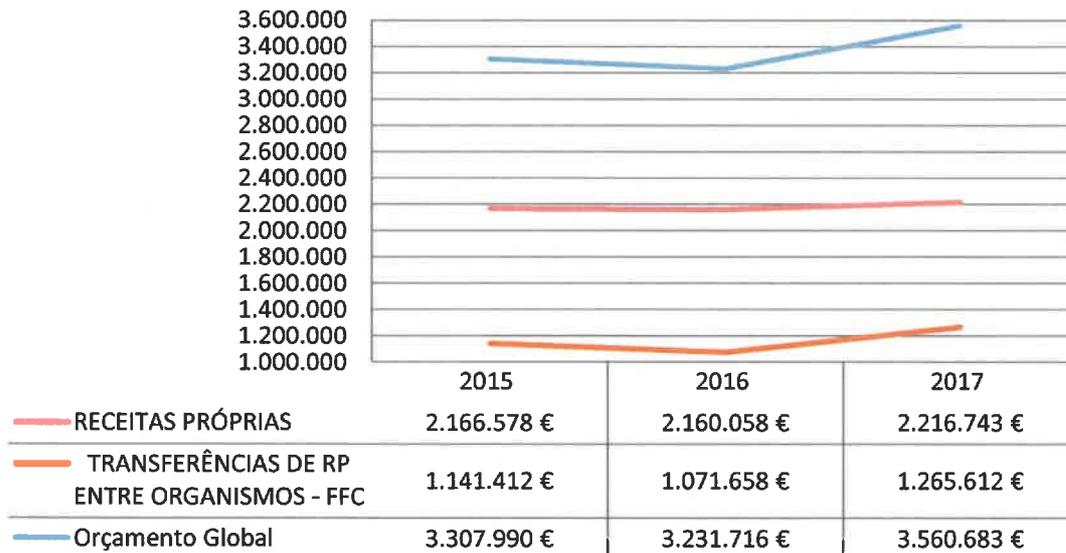
Quadro 2. Orçamento da despesa 2017

Designação - Classificação Económica		Orçamento Inicial	Orçamento Corrigido	Orçamento Utilizável (Corrigido - Cativos)	Despesa Executada
FF 361	RP AFETAS A PROJECTOS COFINANCIADOS - FEDER	44.882 €	22.649 €	13.681 €	9.399,61 €
FF 411	FEDER - COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	62.501 €	62.501 €	62.501 €	6.199,29 €
FF 443	FUNDO SOCIAL EUROPEU - PO CAPITAL HUMANO	2.146 €	2.146 €	2.146 €	- €
FF 510	RECEITAS PRÓPRIAS	2.435.118 €	2.457.351 €	2.216.743 €	2.177.082,67 €
FF 540	TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS	1.300.000 €	1.300.000 €	1.265.612 €	1.261.941,69 €
Total		3.844.647 €	3.844.647 €	3.560.683 €	3.454.623,26 €

Fonte: SIAG

2

O orçamento de despesa foi alvo de cativações por força do disposto na Lei do Orçamento de Estado e do Decreto de Execução Orçamental para 2017. Ao longo do ano foram autorizados descativos em algumas rubricas de classificação económica. Estes factos conjugados resultaram na redução do orçamento de despesa em €283.964, implicando um orçamento utilizável de €3.560.683. A despesa foi executada em 97% do orçamento utilizável.



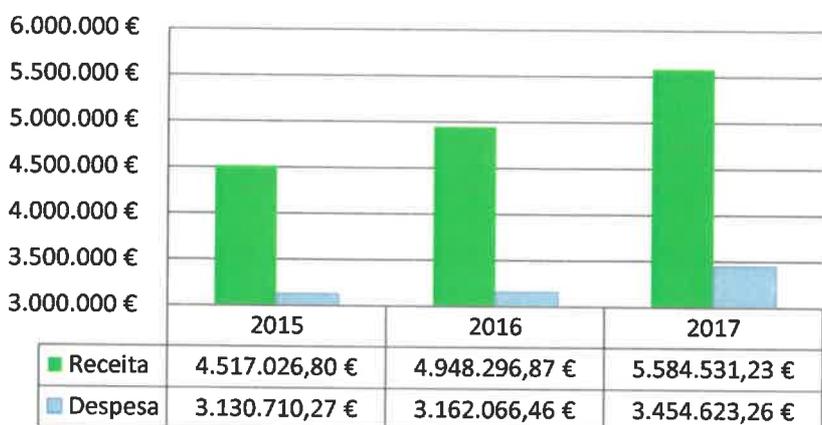
Fonte: SIAG

Figura 11. Evolução do orçamento utilizável

IV.2.1.3. Receita cobrada versus Despesa executada

Quadro 3. Receita cobrada versus Despesa executada

	Orçamento Receita			Orçamento Despesa		
	Orçamento Corrigido	Execução Orçamental	Execução %	Orçamento Utilizável	Execução Orçamental	Execução %
2015	4.434.233,00 €	4.517.026,80 €	102%	3.307.990,00 €	3.130.710,27 €	95%
2016	5.166.318,00 €	4.948.296,87 €	96%	3.231.716,00 €	3.162.066,46 €	98%
2017	5.630.878,00 €	5.584.531,23 €	99%	3.569.651,00 €	3.454.623,26 €	97%



Fonte: SIAG

Figura 12. Receita cobrada versus despesa executada

A diferença entre a receita cobrada e a despesa executada, para além dos cativos, é explicada essencialmente pelo saldo de gerência na posse do serviço, para o qual não houve autorização para ser utilizado na despesa.

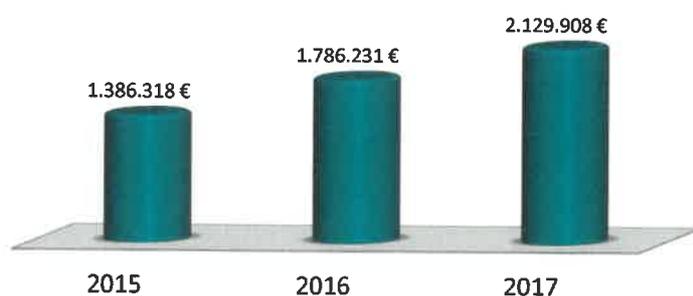
IV.2.2. Saldo de Gerência

O saldo de gerência apurado no final do ano de 2017 ascendeu a **€2.129.908**. Este saldo resulta do somatório do saldo de gerência de 2016 não utilizado e do saldo entre receitas e despesas executadas em 2017.

Quadro 4. Evolução do Saldo de Gerência

RECEITA		SALDO INICIAL	RECEITA COBRADA	DESPEZA EXECUTADA	SALDO FINAL
FUNDO SOCIAL EUROPEU - PO CAPITAL HUMANO	443	- €	- €	- €	- €
RECEITAS PRÓPRIAS	510	- €	2.478.424,53 €	2.177.082,67 €	301.341,86 €
TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS	540	- €	1.300.000,00 €	1.261.941,69 €	38.058,31 €
SALDO DE GERÊNCIA	520	1.784.945,95 €	1.784.945,95 €	- €	1.784.945,95 €
FUNDOS EUROPEUS - SALDO DE GERÊNCIA	488	1.284,46 €	1.284,46 €	- €	1.284,46 €
RP AFETAS A PROJECTOS COFINANCIADOS - FEDER	361		13.677,00 €	9.399,61 €	4.277,39 €
FEDER - COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	411		6.199,29 €	6.199,29 €	- €
TOTAL		1.786.230,41 €	5.584.531,23 €	3.454.623,26 €	2.129.907,97 €

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 13. Evolução do Saldo de Gerência

IV.2.3. Alterações Orçamentais

Os orçamentos da receita e da despesa sofreram várias alterações ao longo do ano 2017, no âmbito da gestão flexível, que não tiveram impacto no valor total dos orçamentos.

No entanto, o **orçamento da despesa** sofreu diversos reforços e anulações com impacto no orçamento utilizável:

Quadro 5. Reforços e Anulações do Orçamento

Designação - Classificação Económica	Orçamento inicial	Orçamento Utilizável	VARIAÇÕES	VARIAÇÕES %
FF 361 RP AFETAS A PROJECTOS COFINANCIADOS - FEDER	44.882 €	13.681 €	31.201 €	-70%
FF 411 FEDER - COMPETITIVIDADE E INTERNACIONALIZAÇÃO	62.501 €	62.501 €	- €	0%
FF 443 FUNDO SOCIAL EUROPEU - PO CAPITAL HUMANO	2.146 €	2.146 €	- €	0%
FF 510 RECEITAS PRÓPRIAS	2.435.118 €	2.216.743 €	218.375 €	-9%
FF 540 TRANSFERÊNCIAS DE RP ENTRE ORGANISMOS	1.300.000 €	1.265.612 €	34.388 €	-3%
Total	3.844.647 €	3.560.683 €	283.964 €	-7%

Fonte: SIAG

Estas variações com o valor de €283.964 implicaram a diminuição em 7% do orçamento inicial da Cinemateca e resultaram de:

Quadro 6. Cativos e Descativos

Cativos			Descativos
LOE 2017 (agrupamento 02)	296.057	165.000	Agrupamento 02
Decreto de Execução Orçamental 2017 (agrup. 01 e 02)	209.200	79.063	Agrupamentos 01.01 e 01.03
Cativo adicional por reforço do agrupamento 02	30.000	4.167	Agrupamento 01.02
Cativo adicional por reforço do agrupamento 02	3.533	6.596	Agrupamentos 01.01 e 01.03
Total	538.790	254.826	
Diferença	283.964		

Fonte: SIAG

IV.2.4. Análise da Receita

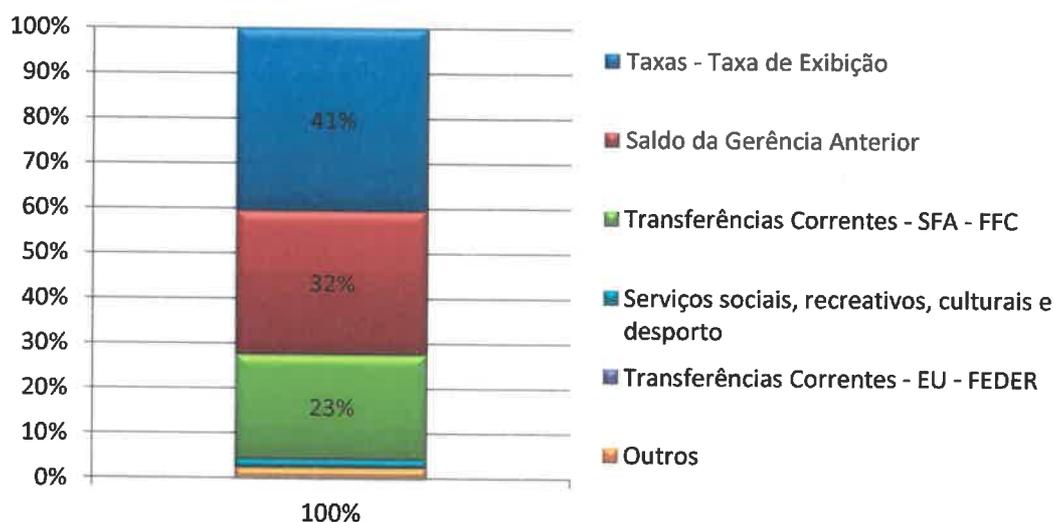
IV.2.4.1. Execução da receita por classificação económica

Quadro 7. Execução da receita por classificação económica

FF	Designação - Classificação Económica		Receita Cobrada	Peso	2016	Var. % 2016-2017
361	04 01 99	Taxas Diversas (Taxa de Exibição)	€ 13.677,00	0,24%	-	
411	06 09 01	Transferências Correntes - União Europeia - Instituições	€ 6.199,29	0,11%	-	
488	16 01 01	Saldo da Gerência Anterior - Na Posse do Serviço	€ 1.284,46	0,02%	1.284,46 €	0%
520	16 01 01	Saldo da Gerência Anterior - Na Posse do Serviço	€ 1.784.945,95	32%	1.385.032,07 €	29%
510	04 01 99	Taxas Diversas (Taxa de Exibição)	€ 2.249.034,18	41%	2.234.389,21 €	1%
	06 01 02	Transferências Correntes - Privadas/Publicas	€ 0,00	0,00%	1.750,00 €	-100%
	07 01 08	Venda de Bens - Mercadorias	€ 1.628,46	0,03%	13.803,20 €	-88%
	07 01 11	Venda de Bens - Produtos Acabados e Intermediários	€ 28.037,30	0,50%	37.575,32 €	-25%
	07 01 99	Venda de Bens - Outros	€ 207,28	0,00%	420,70 €	-51%
	07 02 08	Serviços - Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	€ 101.905,92	1,82%	108.912,01 €	-6%
	07 02 99	Serviços - Outros	€ 71.979,65	1,29%	22.473,70 €	220%
	07 03 02	Rendas - Edifícios	€ 19.785,00	0,35%	31.381,09 €	-37%
	08 01 99	Outras Receitas Correntes - Outras	€ 5.846,74	0,10%	30.917,11 €	-81%
	540	06 03 07	Transferências Correntes - Serviços e Fundos Autónomos	€ 1.300.000,00	23%	1.080.358,00 €
	Total		€ 5.584.531,23	100%	€ 4.948.296,87	13%

Fonte: SIAG

No que diz respeito à receita cobrada, a taxa de exibição teve uma variação mínima em relação a 2016 (+1%), enquanto que o Fundo de Fomento Cultural aumentou em 20% e o saldo de gerência em 29%.



Fonte: SIAG

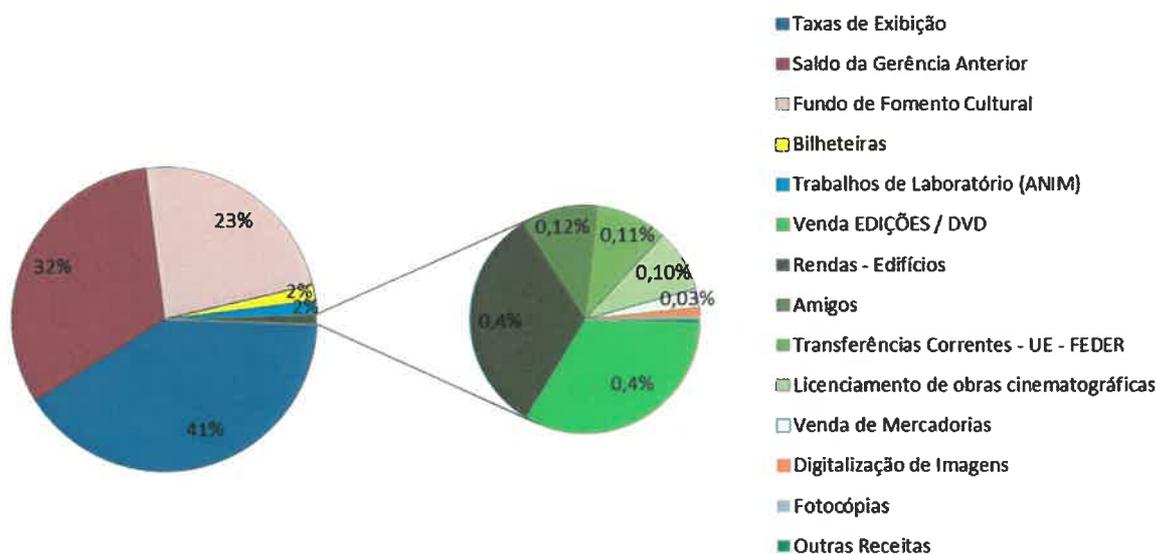
Figura 14. Distribuição da Receita Cobrada

IV.2.4.2. Caracterização da receita

Quadro 8. Caracterização da receita

Designação	Receita Cobrada
Taxa de Exibição	€ 2.262.711,18
Saldo da Gerência Anterior	€ 1.786.230,41
Fundo de Fomento Cultural	€ 1.300.000,00
Bilheteiras	€ 95.205,80
Trabalhos de Laboratório (ANIM)	€ 78.879,43
Venda EDIÇÕES / DVD	€ 20.376,52
Rendas - Edifícios	€ 19.785,00
Amigos	€ 6.700,12
Transferências Correntes - UE - FEDER	€ 6.199,29
Licenciamento de obras cinematográficas	€ 5.450,00
Venda de Mercadorias	€ 1.628,46
Digitalização de Imagens	€ 761,00
Fotocópias	€ 207,28
Outras Receitas	€ 396,74
Total	€ 5.584.531,23

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 15. Caracterização da Receita

As maiores fontes de receita da Cinemateca, representando 96% do total, são a taxa de exibição, o saldo da gerência anterior e as transferências do Fundo de Fomento Cultural.

IV.2.4.3. Taxa de Exibição

A Taxa de Exibição é a fonte de receita mais importante da Cinemateca tendo sido atribuída de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 55/2012 de 06 de Setembro - Lei das Atividades Cinematográficas e Audiovisuais, alterada pela Lei n.º 28/2014 de 19 de maio e regulamentada no Decreto-Lei n.º 9/2013 de 24 de Janeiro.



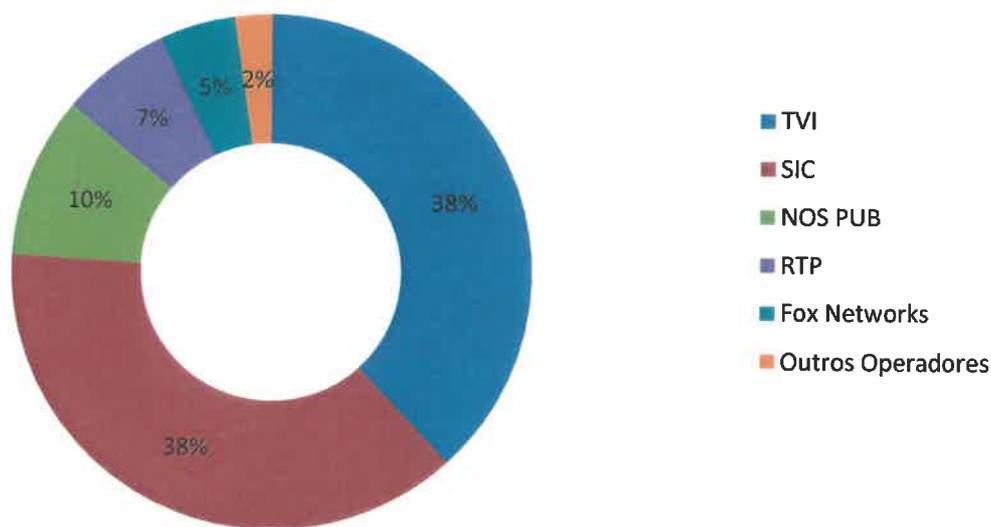
A taxa de exibição constitui um encargo do anunciante e representa 4% sobre o valor pago da comunicação comercial audiovisual difundida ou transmitida pelos operadores de televisão ou, por qualquer meio, transmitida pelos operadores de distribuição, a comunicação comercial audiovisual incluída nos serviços audiovisuais a pedido, publicidade comercial exibida nas salas de cinema, assim como a publicidade incluída nos guias eletrónicos de programação, qualquer que seja a plataforma de exibição, difusão ou transmissão. Dos 4% pagos pelo anunciante, apenas 0,8% são receita da Cinemateca, sendo os restantes 3,2% receita do Instituto do Cinema e do Audiovisual.

Apresentamos os valores da Taxa de Exibição nos últimos 3 anos e as respetivas variações:

Quadro 9. Taxas de Exibição – valores dos últimos 3 anos

OPERADORES	Variação				
	2015	2016	2017	2015/16	2016/17
TVI	829.668 €	897.118 €	861.712 €	8%	-4%
SIC	856.393 €	810.364 €	856.987 €	-5%	6%
NOS PUB	181.325 €	211.972 €	229.261 €	17%	8%
RTP	164.346 €	177.099 €	155.508 €	8%	-12%
Fox Networks	82.016 €	87.360 €	107.001 €	7%	22%
Outros Operadores	65.780 €	50.476 €	52.241 €	-23%	3%
TOTAL	2.179.528	2.234.389	2.262.711	3%	1%

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 16. Distribuição da Taxa por Operador

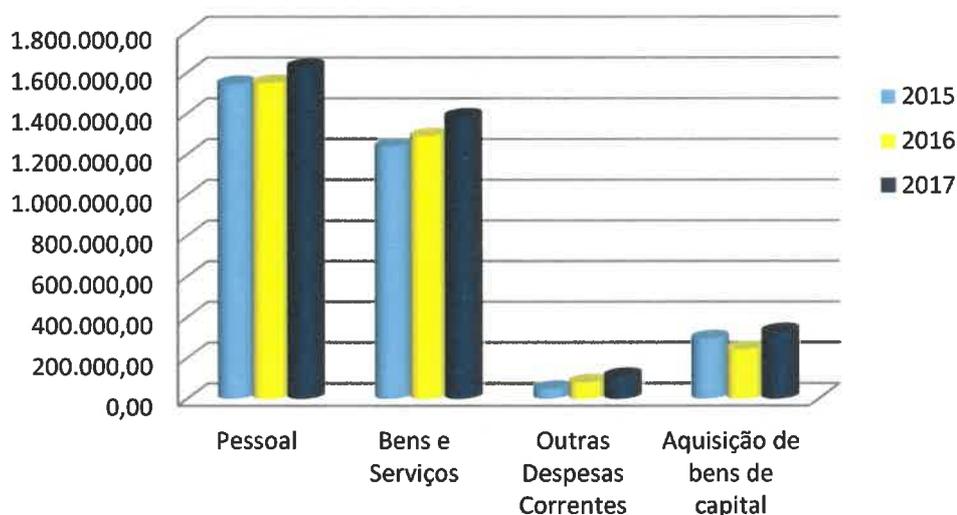
IV.2.5. Análise da Despesa

IV. 2.5.1 Execução da despesa por agrupamento económico

Quadro 10. Execução da despesa por agrupamento económico

Rubrica Orçamental	Aquisição de bens e serviços	2015	2016	2017	Var. 2015/16 %	Var. 2016/17 %
01	Pessoal	1.546.953,79	1.550.335,19	1.629.034,43	0,22%	5,08%
02	Bens e Serviços	1.238.635,23	1.289.487,72	1.385.432,67	4,11%	7,44%
04/06	Outras Despesas Correntes	48.529,66	80.831,73	110.668,51	66,56%	36,91%
07	Aquisição de bens de capital	296.591,59	241.411,82	329.487,62	-18,60%	36,48%
	Total	3.130.710,27	3.162.066,46	3.454.623,23	1,00%	9,25%

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 17. Evolução Despesas Totais por Agrupamento

IV. 2.5.2 Despesas com Pessoal

Quadro 11. Despesas com Pessoal

Custos com Pessoal							
Rubrica Económica	2015	2016	2017	Var. % 2015-2016	Var. % 2016-2017	peso 2017	
01 01	Remunerações certas e permanentes	1.221.159,47 €	1.230.984,81 €	1.289.610,41 €	1%	5%	79%
01 02	Abonos variáveis ou eventuais	31.109,68 €	32.838,00 €	33.039,66 €	6%	1%	2%
01 03	Segurança Social	294.684,64 €	286.512,38 €	306.384,36 €	-3%	7%	19%
	Total	1.546.953,79 €	1.550.335,19 €	1.629.034,43 €	0,22%	5%	100%

Fonte: SIAG



As despesas com pessoal aumentaram em 5% relativamente ao ano anterior, devido à eliminação das reduções remuneratórias e, também devido ao preenchimento de um lugar de dirigente intermédio que esteve por ocupar em 2016.



Figura 18. Evolução dos custos com Pessoal

Fonte: SIAG

IV. 2.5.3 Aquisições de bens e serviços

Quadro 12. Aquisições de bens e serviços

Custos - Bens e Serviços							
Rubrica Económica	2015	2016	2017	Var. % 2015-2016	Var. % 2016-2017	Peso 2017	
02 01 01	Matérias-primas e Subsidiárias	51.367,25 €	15.974,08 €	75.507,49 €	-69%	373%	5,45%
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	4.413,62 €	4.300,98 €	4.311,43 €	-3%	0%	0,31%
02 01 04	Limpeza e higiene - bens	3.368,11 €	3.755,28 €	3.296,68 €	11%	-12%	0,24%
02 01 08	Material de Escritório	11.942,81 €	13.524,73 €	10.887,97 €	13%	-19%	0,79%
02 01 12	Material de Transporte - Peças	0,00 €	0,00 €	1.007,05 €	NULL	NULL	0,07%
02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas	1.937,09 €	1.030,67 €	3.257,25 €	-47%	216%	0,24%
02 01 16	Mercadorias para Venda	23.727,15 €	9.918,56 €	13.035,45 €	-58%	31%	0,94%
02 01 17	Ferramentas e utensílios	75,43 €	61,41 €	0,00 €	-19%	-100%	0,00%
02 01 21	Outros bens	23.704,34 €	15.871,70 €	14.194,61 €	-33%	-11%	1,02%
02 02 01	Encargos das instalações	226.242,31 €	181.131,01 €	187.995,75 €	-20%	4%	13,57%
02 02 02	Limpeza e higiene - serviços	88.498,32 €	96.337,85 €	104.047,68 €	9%	8%	7,51%
02 02 03	Conservação de bens	122.680,85 €	46.966,55 €	56.544,09 €	-62%	20%	4,08%
02 02 08	Locação de outros bens	101.588,21 €	121.504,73 €	94.183,44 €	20%	-22%	6,80%
02 02 09	Comunicações	21.147,79 €	23.368,18 €	24.898,45 €	10%	7%	1,80%
02 02 10	Transportes	79.533,07 €	98.094,91 €	118.312,99 €	23%	21%	8,54%
02 02 11	Representação dos serviços	25.893,45 €	28.147,51 €	22.521,26 €	9%	-20%	1,63%
02 02 12	Seguros	13.793,75 €	15.186,34 €	16.440,03 €	10%	8%	1,19%
02 02 13	Deslocações e estadias	9.960,92 €	9.267,65 €	8.552,97 €	-7%	-8%	0,62%
02 02 15	Formação	1.317,10 €	9.364,37 €	112,75 €	611%	-99%	0,01%
02 02 17	Publicidade	12.836,12 €	23.912,58 €	28.033,87 €	86%	17%	2,02%
02 02 18	Vigilância e segurança	187.523,41 €	203.547,52 €	203.512,25 €	9%	0%	14,69%
02 02 19	Assistência Técnica	60.594,13 €	66.237,72 €	83.200,53 €	9%	26%	6,01%
02 02 20	Outros Trabalhos Especializados	154.794,62 €	271.008,81 €	297.375,03 €	75%	10%	21,46%
02 02 25	Outros serviços	11.695,38 €	30.974,58 €	14.203,65 €	165%	-54%	1,03%
	Total	1.238.635,23 €	1.289.487,72 €	1.385.432,67 €	4%	7%	100%

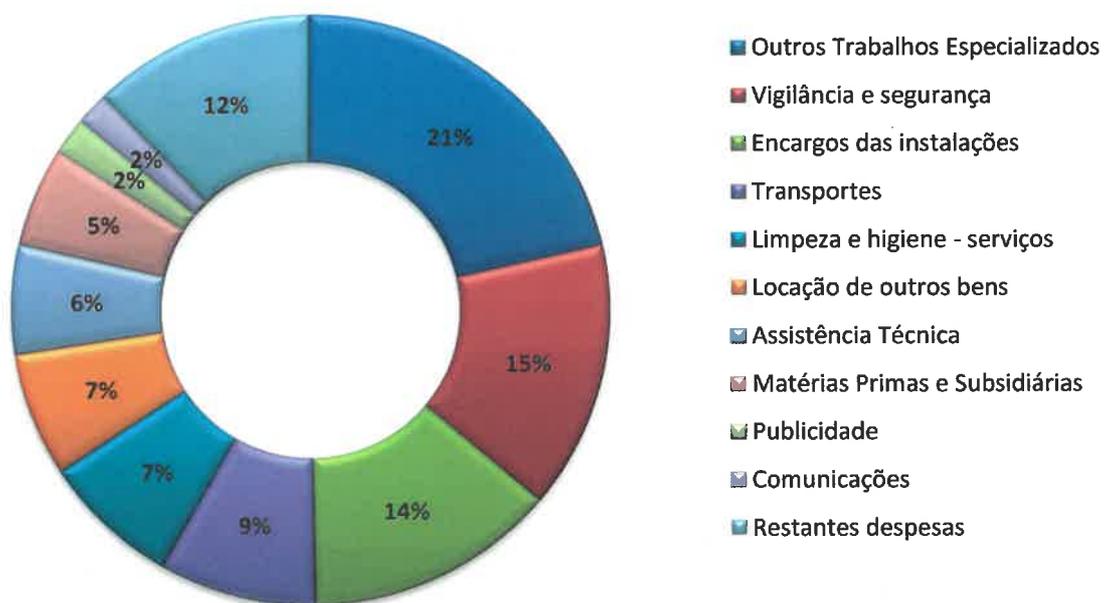
Fonte: SIAG

2

Quadro 13. Distribuição da aquisição de bens e serviços por rubricas

Ano 2017	Valor	Peso
Bens (02.01)	125.497,93 €	9%
Serviços (02.02)	1.259.934,74 €	91%
	1.385.432,67 €	100%

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 19. Rubricas de Bens e serviços com maior execução

IV. 2.5.4 Outras Despesas correntes

Quadro 14. Distribuição de Outras Despesas correntes

Rubrica Económica		2015	2016	2017	Var. % 2015-2016	Var. % 2016- 2017	peso 2017
04 09 03	Transferências Correntes - Resto do Mundo - Países Terceiros e organizações Internacionais	3.750,00 €	3.750,00 €	3.750,00 €	0%	0%	3%
06 02 01	Impostos e Taxas	22.085,37 €	22.171,28 €	31.528,94 €	0%	42%	28%
06 02 02	Ativos Incorpóreos	21.956,15 €	53.897,63 €	73.893,85 €	145%	37%	67%
06 02 03	Outras	738,14 €	1.012,82 €	1.495,72 €	37%	48%	1%
Total		48.529,66 €	80.831,73 €	110.668,51 €	67%	37%	100%

Fonte: SIAG

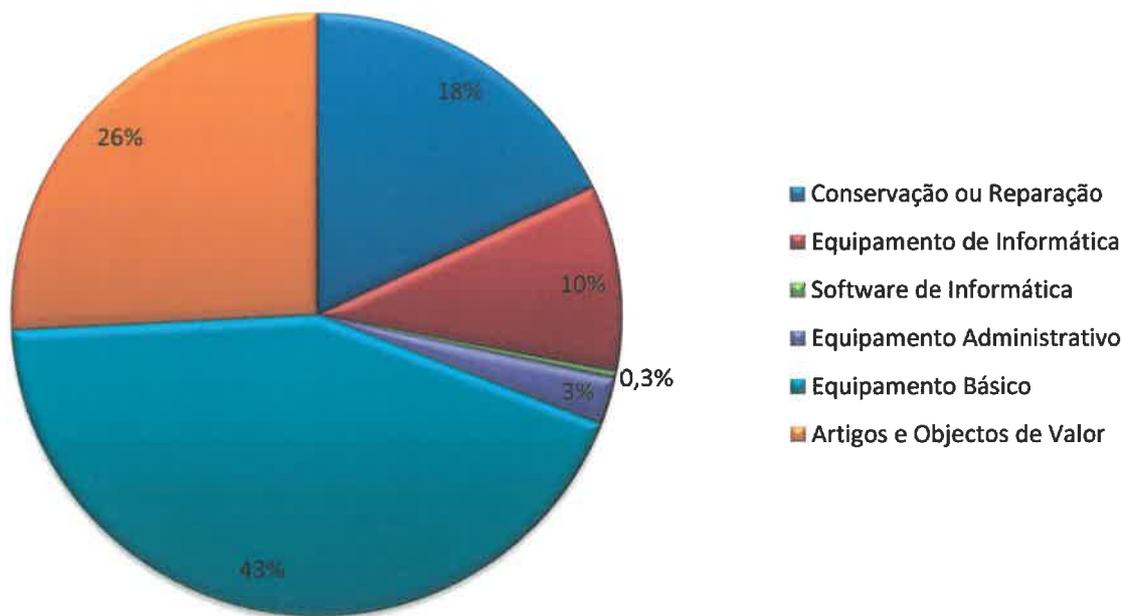
A rubrica de ativos incorpóreos tem vindo a aumentar desde 2015 (+128%). Esta rubrica contém essencialmente as despesas com direitos de filmes exibidos na Cinemateca no âmbito da programação anual.

IV. 2.5.5. Bens de capital

Quadro 15. Custos de Bens de Capital

Rubrica Económica		2015	2016	2017	Var. % 2015-2016	Var. % 2016-2017	Var. % 2015-2017	peso 2017
07 01 03	Conservação ou Reparação	0,00 €	0,00 €	59.504,94 €	NULL	NULL	NULL	18,06%
07 01 07	Equipamento de Informática	14.867,92 €	2.665,80 €	32.912,46 €	-82%	1135%	121%	9,99%
07 01 08	Software de Informática	0,00 €	108,94 €	1.113,15 €	NULL	922%	NULL	0,34%
07 01 09	Equipamento Administrativo	3.483,83 €	6.662,99 €	8.360,49 €	91%	25%	140%	2,54%
07 01 10	Equipamento Básico	141.613,10 €	77.376,22 €	142.527,97 €	-45%	84%	1%	43,26%
07 01 12	Artigos e Objetos de Valor	63.509,80 €	116.071,11 €	85.068,61 €	83%	-27%	34%	25,82%
07 01 13	Investimentos Incorpóreos	73.116,94 €	38.526,76 €	0,00 €	-47%	-100%	-100%	0,00%
Total		296.591,59 €	241.411,82 €	329.487,62 €	-19%	36%	11%	100%

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 20. Distribuição de Bens de Capital

IV. 2.5.6. Análise da despesa por áreas, atividades e projetos

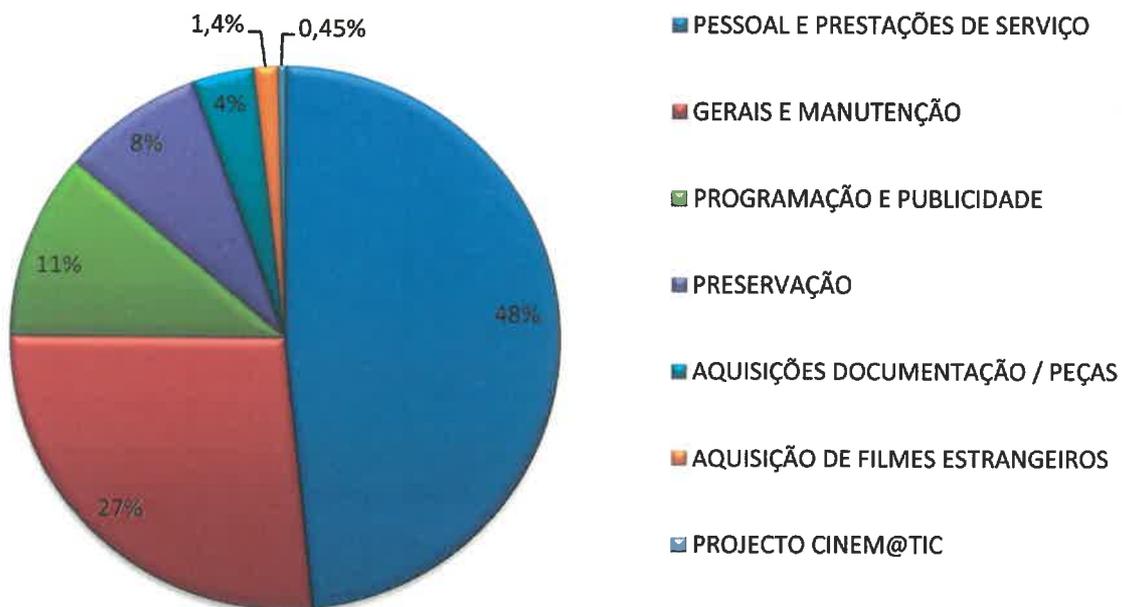
Apresenta-se uma análise da despesa relacionada com as atividades e projetos da Cinemateca. As despesas com pessoal, prestações de serviço consideradas necessidades permanentes de trabalho e despesas gerais e de manutenção foram apresentadas em tabelas próprias. Para além disso, foi efetuada uma decomposição da despesa nas atividades de Programação e Preservação (uma decomposição possível, uma vez que dela se excluíram despesas de pessoal e de estrutura que também deveriam ser afetadas a estas atividades, principalmente no que diz respeito aos custos de energia e de manutenção na atividade de Preservação).

Apresentam-se ainda as despesas com aquisições de documentação e peças e de filmes estrangeiros. Teve início em 2017, o projeto cofinanciado Cinem@tic pelo que a sua execução foi também discriminada.

Quadro 16. Despesas Totais por áreas, atividades e projetos

Designação	2017	peso 2017
PESSOAL E PRESTAÇÕES DE SERVIÇO	1.669.521,03 €	48%
GERAIS E MANUTENÇÃO	923.540,79 €	27%
PROGRAMAÇÃO E PUBLICIDADE	382.180,41 €	11%
PRESERVAÇÃO	287.904,65 €	8%
AQUISIÇÕES DOCUMENTAÇÃO / PEÇAS	127.340,53 €	4%
AQUISIÇÃO DE FILMES ESTRANGEIROS	48.536,95 €	1,4%
PROJECTO CINEM@TIC	15.598,90 €	0,45%
Total	3.454.623,26 €	100%

Fonte: SIAG



Fonte: SIAG

Figura 21. Distribuição da despesa por áreas, atividades e projetos

Quadro 17. Despesas Pessoal e Prestações de serviço

Designação	2017	Peso 2017
Despesas com Pessoal (exceto Projeto Cinem@tic)	1.624.321,03 €	97%
Prestações de serviço	45.200,00 €	3%
Total	1.669.521,03 €	100%

Fonte: SIAG

Quadro 18. Despesas Gerais e de Manutenção

Designação	2017	Peso
Vigilância e segurança	203.512,25 €	22%
Encargos das instalações - Água, Eletricidade	187.995,75 €	20%
Limpeza e higiene - serviços	104.047,68 €	11%
Diversos Trabalhos especializados	82.539,96 €	9%
Assistência Técnica	71.136,16 €	8%
Conservação ou Reparação nos edifícios SEDE / ANIM	25.692,24 €	3%
Conservação de bens	56.336,94 €	6%
Aquisição Equipamento Informático	31.374,96 €	3%
Comunicações	24.898,45 €	3%
Impostos e Taxas	23.795,99 €	3%
Transporte de funcionários	23.289,88 €	3%
Seguros	16.440,03 €	2%
Aquisição de peças e materiais	14.048,93 €	2%
Material de Escritório	9.938,41 €	1%
Deslocações e estadias de funcionários ao serviço da CPMC	8.552,97 €	0,93%
Aquisição de Equipamento Administrativo	8.360,49 €	0,91%
Aquisição de Equipamento Básico	6.881,61 €	0,75%
Outros serviços	5.623,85 €	0,61%
Aquisição de Discos Rígidos	4.370,15 €	0,47%
Combustíveis e lubrificantes	4.311,43 €	0,47%
Quotizações (FIAF e ACE)	3.750,00 €	0,41%
Limpeza e higiene - bens	3.296,68 €	0,36%
Prémios, condecorações e ofertas	1.086,30 €	0,12%
Material de Transporte - Peças para reparação veículos	1.007,05 €	0,11%
Encargos bancários	895,79 €	0,10%
Publicações em Diário da República	191,07 €	0,02%
Aluguer TPA	165,77 €	0,02%
Total	923.540,79 €	100%

Fonte: SIAG

Quadro 19. Despesas Programação e Publicidade

Designação	2017	Peso
Aluguer de Filmes	95.943,78 €	25%
Transporte de filmes	84.681,61 €	22%
Direitos de Exibição / Direitos de autor e licenças utilização	70.893,85 €	19%
Publicidade	28.096,18 €	7%
Despesas com convidados	20.886,58 €	5%
Aquisição de DVD's	19.316,86 €	5%
Produção de DVD's e Livros	13.035,48 €	3%
Honorários	11.632,45 €	3%
Acompanhamento Piano	10.694,00 €	3%
Aquisição de projetores	3.719,52 €	1%
Protocolos Festivais	6.066,61 €	2%
Outros serviços	5.723,55 €	1%
Impressão Jornal Programação	5.394,66 €	1%
Oficinas Cinemateca Júnior	4.369,45 €	1%
Aquisição de bilhetes para bilheteira	949,56 €	0,2%
Outros (diferenças cambiais e comissões serviços)	573,01 €	0,1%
Aquisição de materiais para exposições	145,68 €	0,04%
Comissão de vendas de bilhetes online	57,58 €	0,02%
Total	382.180,41 €	100%

Fonte: SIAG

Quadro 20. Despesas Preservação

Designação	2017	Peso
Aquisição de Equipamento Básico	165.739,54 €	58%
Aquisição de químicos e película para laboratório	71.137,34 €	25%
Trabalhos de Preparação e preservação de material filmico	20.104,05 €	7%
Assistência Técnica	12.064,37 €	4%
Aquisição de matrizes e cópias DCP de filmes	10.978,00 €	4%
Sincronização de Obras do Repertório da SPA	3.000,00 €	1%
Intervenção técnica / Levantamento definitivo de negativos	1.705,90 €	0,59%
Equipamento de Informática	1.537,50 €	0,53%
Software informático	1.113,15 €	0,39%
Ligação de Percloro ao Scanner Cineric	207,15 €	0,07%
Convidados laboratório	204,90 €	0,07%
Formação	112,75 €	0,04%
Total	287.904,65 €	100%

Fonte: SIAG

Quadro 21. Despesas Aquisições de Filmes Estrangeiros

Designação	2017	Peso
Aquisição de Filmes	30.462,50 €	63%
Transporte de filmes	10.341,50 €	21%
Impostos e Taxas	7.732,95 €	16%
Total	48.536,95 €	100%

Fonte: SIAG

Quadro 22. Despesas Aquisições de Documentação e Peças

Designação	2017	Peso
Traduções/Listas de Diálogos	102.805,44 €	80,73%
Aquisição de Livros/Revistas	24.136,81 €	18,95%
Impressão / Ampliação de fotos	196,92 €	0,15%
Aquisição de peças em leilão	174,44 €	0,17%
Outras (diferenças cambiais)	26,92 €	0,02%
Total	127.340,53 €	100%

Fonte: SIAG

Quadro 23. Despesas Projeto Cinem@tic

Designação	2017	Peso
Despesas com Pessoal	4.713,40 €	30%
Consultoria	10.885,50 €	70%
Total	15.598,90 €	100%

Fonte: SIAG

V. Demonstrações Financeiras

V.1 Balanço em 31/12/2017

BALANÇO

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2017			2016
		AB	AP	AL	AL
	MOBILIZADO:				
	Bens de domínio:				
401	Terras e recursos naturais				
402	Edifícios				
403	Outras construções e infra-estruturas				
404	Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
405	Bens do patrimônio histórico, artístico e cultural				
406	Outros bens de domínio público				
445	Imobilizações em curso				
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
	Imobilizações incorpóreas:				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento				
433	Propriedade intelectual e outras similares	1.389.723,67	17.219,05	1.372.504,62	1.372.513,02
443	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		1.389.723,67	17.219,05	1.372.504,62	1.372.513,02
	Imobilizações corpóreas:				
421	Terras e recursos naturais	164.602,30		164.602,30	164.602,30
422	Edifícios e outras construções	17.889.886,91	6.891.142,01	11.887.966,90	11.348.911,43
423	Equipamento técnico	6.638.191,52	6.343.874,89	295.227,63	295.296,00
424	Equipamentos de transporte	162.696,11	162.696,11		
425	Fornecimento e similares	72.682,80	72.682,80		
426	Equipamento administrativo	1.697.236,09	1.524.891,15	83.264,04	79.901,21
427	Terras e instalações				
429	Outras imobilizações corpóreas	7.154.896,48	121.896,46	7.022.999,03	6.944.413,38
442	Imobilizações em curso				
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas				
		32.829.538,61	14.176.163,61	18.963.992,20	18.678.285,65
	Investimentos financeiros:				
411	Partes de capital				
412	Obrigações e títulos de participação				
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras				
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
	CIRCULANTE:				
	Estivados:				
36	Materiais puros, subsidiários e de consumo				
36	Produtos e trabalhos em curso	888,00		888,00	13.167,23
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos				
35	Produtos acabados e intermediários	584.806,49	494.617,16	96.993,21	72.898,28
32	Mercadorias	28.118,71	9.408,12	18.710,59	18.782,61
37	Adiantamentos por conta de compras				
		605.791,20	504.917,28	116.711,80	104.748,12
3412-3822	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	Empréstimos concedidos				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
	Empréstimos concedidos				
2811+2821	Clientes, etc	67.536,96		67.536,96	28.333,71
211	Contribuintes, etc				
213	Clientes, etc				
214	Clientes, contribuintes e outros - Títulos a receber				
216	Clientes, contribuintes e outros de cobrança devolvida	106.305,25	106.305,25		
281	Devedores pela emissão de orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilidade				
34	Estado e outros entes públicos	261.947,70		261.947,70	278.228,68
282+283+287+318	Outros devedores				
		435.849,91	106.305,25	329.494,65	298.562,39
	Títulos negociáveis:				
191	Ações				
192	Obrigações e títulos de participação				
193	Títulos de dívida pública				
198	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
	Conta no Tesouro, depósitos em instituições financeiras e caixa:				
13	Conta no Tesouro	2.293.974,39		2.283.974,39	1.831.886,04
12	Depósitos em instituições financeiras				
11	Caixa	861,79		861,79	463,11
		2.294.836,18		2.284.836,18	1.832.349,15
	Acréscimos e dívidas:				
271	Acréscimos e provisões				
272	Custos diferidos	11.136,90		11.136,90	9.919,96
		11.136,90		11.136,90	9.919,96
	Total de amortizações		14.193.363,45		
	Total de provisões		618.382,58		
	Total do ativo	37.476.673,49	14.865.745,64	22.872.927,36	22.428.987,31

.../...

CÓDIGO DAS CONTAS POCP	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
	FUNDOS PRÓPRIOS:		
91	Patrimônio	9.986.738,47	9.986.738,47
95	Ajustamento de partes de capital em empresas		
96	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
971	Reservas legais		
972	Reservas estatutárias		
973	Reservas contratuais		
974	Reservas livres	2.484.389,38	2.484.389,38
975	Subsídios	4.283.670,74	4.283.670,74
976	Doações		
977	Reservas decorrentes de transferência de ativos		
98	Resultados acumulados	-1.738.446,57	-2.898.944,88
99	Resultado líquido do exercício	381.386,58	329.679,23
		16.546.713,52	16.143.323,82
	PASSIVO:		
29	Provisões para riscos e encargos		
	Dívidas a receber - Médio e longo prazo		
2312-2322	Emprestimos obtidos		
	Dívidas a receber - Curto prazo		
2311+2321	Emprestimos por dívida titulada		
2312+2322+12	Emprestimos por dívida não titulada		
240	Ajustamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores, etc	716,82	384,73
228	Fornecedores - Faturas em recebimento e cancelado	448,48	448,48
223			
2812	Fornecedores de imobilizado - Títulos a pagar		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Ajustamentos de clientes, contribuintes e clientes		
2811	Fornecedores de imobilizado, etc		
34	Estado e outras entes públicas	79.917,40	47.243,31
262+263+267+268	Outros credores		6,89
		79.732,90	48.078,53
	Apostilhas e diferimentos:		
273	Apostilhas de contas	282.867,63	348.898,48
274	Provisões diferidas	6.794.893,31	6.968.185,27
		7.077.761,54	7.317.183,75
	Total dos fundos próprios e do passivo	22.624.475,06	22.420.907,31

Abreviaturas:

AL = Ativo Líquido.

AP = Apostilhas e provisões acumuladas.

AL = Ativo Líquido.

V.2 Demonstração de Resultados em 31/12/2017

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CÓDIGO DAS CONTAS POCP		EXERCÍCIOS			
		2017		2016	
	CUSTOS E PERDAS				
01	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	26.891,37		38.338,41	
	Matérias		26.891,37		38.338,41
02	Fornecimentos de serviços externos	1.428.898,15		1.323.898,82	
	Custos com o pessoal:				
041+042	Remunerações	1.317.813,83		1.282.958,88	
043 a 048	Encargos sociais:				
	Feriados				
	Outros	318.918,86	3.088.488,53	313.242,19	2.888.888,78
03	Transferências correntes concedidas e prestações sociais				
06	Amortizações de exercício	491.882,79		891.293,93	
07	Provisões de exercício		491.882,79		391.293,93
08	Outros custos e perdas operacionais	28.818,18	28.818,18	8.818,08	8.818,08
	(A) -		3.991.882,87		3.438.338,98
09	Custos e perdas financeiros		1.498,72		1.812,82
	(B) -		3.993.381,59		3.440.151,80
10	Custos e perdas extraordinárias		8.364,00		8.361,43
	(C) -		3.991.662,59		3.448.513,23
11	Resultado líquido do exercício		388.398,88		328.879,23
	(D) -		3.991.883,88		3.777.333,46
	PROVEITOS E GANHOS				
71	Vendas e prestações de serviços:				
	Vendas de mercadorias	8.584,91		16.874,32	
	Vendas de produtos	81.488,98		25.577,77	
	Prestações de serviços	148.791,14	283.743,83	188.918,31	138.161,88
72	Impostos, taxas e outros	2.298.198,42		2.286.498,97	
	Valorização da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Provisões suplementares	7.818,80		31.184,48	
74	Transferências e subvenções correntes obtidas:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras	1.398.818,88		1.882.188,88	
76	Outros proventos e ganhos operacionais	11.882,98	3.574.998,88	8.733,81	3.488.438,43
	(E) -		3.778.342,92		3.588.987,83
78	Proventos e ganhos financeiros		18.874,88		18.872,31
	(F) -		3.798.317,81		3.578.498,34
79	Proventos e ganhos extraordinários		192.738,98		198.864,12
	(G) -		3.991.883,88		3.777.333,46
	Resumo				
	Resultados Operacionais: (B)-(A)		182.548,86		138.257,86
	Resultados Financeiros: (D)-(B)-(C-A)		18.478,87		18.886,48
	Resultados Correntes: (D)-(C)		291.818,82		138.116,54
	Resultado líquido do exercício: (F)-(E)		388.398,88		328.879,23

VI. Anexo às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras foram efetuadas de acordo com os princípios e demais critérios definidos no Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/97 de 3 de Setembro, Decreto-Lei n.º 477/80 de 15 de Outubro e Portaria n.º 378/94 de 16 de Junho.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8 do POCP, as notas cuja numeração é omissa neste anexo, não são aplicáveis à Cinemateca Portuguesa- Museu do Cinema, I.P. ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os mapas financeiros e os registos contabilísticos foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3 do POCP.

8.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

8.1.1. Identificação

Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, IP

Rua Barata Salgueiro, 39

1269-059 Lisboa

NIPC: 501 603 409

Classificação Orgânica: 08 01 03 09 00

Tutela: Ministério da Cultura – Secretário de Estado da Cultura

Regime Financeiro: Autonomia administrativa e financeira e património próprio

8.1.2. Legislação

Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 3 de abril
(Lei Quadro dos Institutos Públicos)

Decreto-Lei n.º 94/2007, de 29 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 59/2010, de 7 de junho (Lei Orgânica da CP-MC)

Portaria n.º 374/2007, de 30 de março, alterada pela Portaria n.º 560/2010, de 23 de julho (Estatutos da CP-MC)

Despacho n.º 2079/2011, de 28 de janeiro (nomeação do Revisor Oficial de Contas da CP-MC)

Decreto-Lei n.º 208/2012, de 7 setembro (posteriormente suspenso pelo artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 36/2013, de 11 de março)

Despacho n.º 2930/2014, de 21 de Fevereiro (nomeação do Diretor)

Despacho n.º 2932/2014, de 21 de Fevereiro (nomeação do Subdiretor)

Lei n.º 55/2012, de 6 de Setembro, alterada pela Lei n.º 28/2017, de 19 de maio (consignação de receitas provenientes da Taxa de Exibição em 0,8% à CP-MC.



8.1.3. Estrutura Organizacional



8.1.4. Atividades

A CP-MC tem por missão recolher, proteger, preservar e divulgar o património relacionado com as imagens em movimento, promovendo o conhecimento da história do cinema e o desenvolvimento da cultura cinematográfica e audiovisual.

São atribuições da Cinemateca, I. P.:

- a) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e quaisquer outras imagens em movimento de produção portuguesa ou equiparada, independentemente da forma de aquisição, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, no interesse da salvaguarda do património artístico e histórico português;
- b) Colecionar, preservar, restaurar e catalogar as obras cinematográficas e outras imagens em movimento de produção internacional, bem como a documentação e quaisquer outros materiais, seja qual for a sua natureza, a elas associados, selecionadas segundo a sua importância como obras de arte, documentos históricos ou de interesse científico, técnico ou didático;
- c) Promover a exibição regular de obras da sua coleção ou de outras com as mesmas características que lhe sejam temporariamente cedidas por terceiros;
- d) Promover a componente museográfica do património fílmico e audiovisual;
- e) Estabelecer protocolos de colaboração e apoio e contratos de prestação de serviços com outras instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito da museologia cinematográfica;
- f) Promover a sua filiação em entidades internacionais que se proponham a defesa dos arquivos e museus cinematográficos;

- g) Promover a exposição e o acesso público à sua coleção para fins de divulgação, estudo e investigação, sem prejuízo dos objetivos de preservação do património, dos direitos dos depositantes e da legislação relativa aos direitos de autor e direitos conexos em vigor;
- h) Promover a investigação, a formação, a edição e a publicação de obras relacionadas com a história, estética e técnica cinematográficas;
- i) Incentivar a difusão e promoção não comercial do cinema e do audiovisual, nomeadamente através do apoio às atividades dos cineclubes e aos festivais de cinema e vídeo.

8.1.5. Recursos Humanos

Recursos Humanos	Número
Dirigentes – Direção superior	2
Dirigentes – Direção intermédia	2
Técnico Superior	28
Assistente Técnico	17
Assistente Operacional	13
TOTAL	62

Nota: A Cinemateca tem mais 2 trabalhadoras na carreira e categoria de assistente técnico no seu mapa de pessoal que, por motivos de doença, tinham o seu contrato suspenso a 31 de dezembro de 2017 e não constam da tabela acima.

8.1.6. Organização Contabilística

A CP-MC dispõe de procedimentos contabilísticos adequados às suas necessidades, nomeadamente através do Plano de Contas, seguindo os princípios e demais critérios definidos no POCP, instituído pelo Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro.

A CP-MC tem atualmente o sistema informático de gestão SIAG, que proporciona a gestão dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais e correspondente execução orçamental. Permite ainda a obtenção dos documentos de prestação de contas de acordo com as instruções do Tribunal de Contas e da Direção-Geral do Orçamento.

Os registos contabilísticos foram efetuados em conformidade com os princípios da prudência, especialização dos exercícios, consistência e materialidade. Os registos são objeto de conferência através do cruzamento da informação registada no sistema informático, validando-se a informação gerada pela contabilidade orçamental com *outputs* extraídos da contabilidade patrimonial. Estes registos são ainda revistos e controlados mensalmente através de análises dos balancetes, extratos de contas correntes e de conciliações das contas bancárias.

Todas as compras são conferidas e controladas no ato de receção e toda a faturação (recebida e emitida) é controlada pelos intervenientes.

Os serviços de contabilidade são únicos e estão organizados de forma centralizada sendo parte integrante da Divisão de Gestão.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, os Institutos Públicos (natureza jurídica atribuída, a partir de 1 de abril de 2007, à CP-MC sua Lei Orgânica – Decreto-Lei n.º 94/2007 de 29 de março) aplicam o POCP.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no POCP e os mapas elaborados são apresentados em euros, exceto quando mencionado o contrário. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

8.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O Balanço da CP-MC apresenta em 2017 um aumento do Ativo de cerca de 1,1% relativamente a 2016.

A conta “Existências” registou um ligeiro aumento relativamente a 2016, refletindo as variações verificadas nas contas de “Produtos e Trabalhos em curso” e “Produtos Acabados e Intermédios”.

Em 2017, as “Imobilizações Incorpóreas” da Cinemateca não sofreram qualquer variação no seu montante global. Este facto deve-se a uma alteração na contabilização da produção de ficheiros com legendas em português para filmes existentes na coleção da Cinemateca com cópias não legendadas, por imposição de uma auditoria da IGAC, que determinou que estes deveriam ser considerados como prestação de serviços e não como bens. Esta questão teve impacto no ativo e também nos custos do exercício, uma vez que o valor apurado para legendagens e traduções foi de €102.805.

No que respeita ao Passivo, o mesmo apresentou em 2017 uma redução face a 2016, resultante da variação na rubrica de “Acréscimos e diferimentos”.

Numa análise aos Resultados, pode verificar-se que houve um aumento dos Resultados Operacionais relativamente a 2016, devido em grande parte ao aumento da verba transferida do Fundo de Fomento Cultural.

8.2.3. Principais políticas e critérios contabilísticos

Especialização de exercícios: Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Vendas e prestações de serviços: As rubricas de vendas e prestações de serviços refletem as Receitas Próprias da CP-MC, provenientes das taxas recebidas, da venda de publicações e dos demais serviços prestados no âmbito da cedência de imagens e de cópia de filmes, a pedido de entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Imobilizações corpóreas e amortizações: os bens do imobilizado encontram-se registados ao custo de aquisição. A CP-MC calcula as amortizações pelo método das quotas constantes conforme definido na Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, que definiu o regime de Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE).

Inventário: em 2017 manteve-se o registo do inventário, o qual é efetuado segundo as normas do CIBE, estando elaboradas relativamente aos ativos expressos nas demonstrações financeiras todos os mapas previstos na legislação em vigor.

Acréscimos e diferimentos: o valor das férias, subsídios de férias e respetivos encargos vencidos em 2017 e a pagar em 2018 encontram-se registados em acréscimos de custos com base em estimativas.

Em proveitos diferidos encontra-se registada a parte por amortizar respeitante ao subsídio ao investimento.

8.2.5 Resultado líquido do exercício

No exercício de 2017 apurou-se um Resultado Líquido de €385.390,50 representando um aumento de € 55.711,27 (cerca de 17%) relativamente ao resultado de 2016.

A diferença dos valores dos Resultados Líquidos apurados em 2017 e 2016 deve-se, ao aumento dos proveitos e ganhos em 6%, que foi maior que o aumento dos custos e perdas (5%).



8.2.7. e 8.2.8. Movimentos no ativo imobilizado

MAPA DO ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÕES E AJUSTAMENTOS	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANF. E ABATES	SALDO FINAL
Bens de domínio público						
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas						
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar						
Bens do património histórico, artístico e cultural						
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso de bens de domínio público						
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento						
Propriedade industrial e outros direitos	1.389.723,67					1.389.723,67
Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas						
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas						
	1.389.723,67					1.389.723,67
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	164.603,30					164.603,30
Edifícios e outras construções	17.029.593,97		50.504,94			17.080.098,91
Equipamento básico	6.498.355,06		141.362,24		615,38	6.639.101,92
Equipamento de transporte	102.606,11					102.606,11
Ferramentas e utensílios	72.602,80					72.602,80
Equipamento administrativo	1.565.641,54		41.883,77		289,22	1.607.236,99
Terra e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	7.070.067,49		83.998,99			7.154.066,48
Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas						
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						
	32.503.490,27		326.749,94		904,60	32.829.335,61
Investimentos financeiros						
Partes de capital						
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis						
Outras aplicações financeiras						
Imobilizações em curso de investimentos financeiros						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
Total:	33.893.213,94		326.749,94		904,60	34.219.958,28

Ativo bruto: a CP-MC aumentou o seu ativo bruto em € 325.845,34, sendo a totalidade em aquisição de bens corpóreos, designadamente edifícios e outras construções, equipamento básico, equipamento administrativo e outras imobilizações corpóreas (essencialmente filmes e livros).

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
De investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
De imobilizações corpóreas	13.685.295,22	491.852,79	-904,60	14.176.153,41
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	5.680.682,54	320.459,47	0,00	6.001.142,01
Equipamento básico	6.217.959,23	126.531,04	-615,38	6.343.874,89
Equipamento de transporte	102.606,11	0,00	0,00	102.606,11
Ferramentas e utensílios	72.602,80	0,00	0,00	72.602,80
Equipamento administrativo	1.485.680,33	38.640,04	-289,22	1.524.031,15
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	125.674,21	6.222,24	0,00	131.896,45
De imobilizações incorpóreas	17.210,05	0,00	0,00	17.210,05
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos	17.210,05	0,00	0,00	17.210,05
De bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas				
Infra-estruturas e equipamentos de natureza militar				
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
Provisões para investimentos financeiros				
Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Outras aplicações financeiras				
Total...	13.702.415,27	491.852,79	-904,60	14.193.363,46

Amortizações: durante 2017 as amortizações do exercício foram reforçadas em € 491.852,79, o que representa uma diminuição de 1,9% relativamente a 2016. Foram efetuadas regularizações no valor de -904,60, por abate de equipamento básico e equipamento administrativo.

8.2.23 – Dívidas de Cobrança Duvidosa e Provisões

Os montantes considerados de dívidas de cobrança duvidosa no valor de €106.365,28 respeitam a faturas por liquidar e créditos por regularizar anteriores a 2016, para os quais existem provisões constituídas.

8.2.32 - Movimentos das contas classe 5 - fundos próprios

Rubricas dos Fundos Próprios	Saldo Inicial	Movimentos	Saldo Final
51 Património	9.955.728,47		9.955.728,47
57 Reservas			
571 Reservas Legais			
572 Reservas Estatutárias			
573 Reservas Contratuais			
574 Reservas Livres	2.684389,38		2.684389,38
575 Subsídios	4.253.670,74		4.253.670,74
59 Resultados Transitados	-2.060.144,80	329.679,23	-1.730.465,57

A variação verificada na rubrica 59 – Resultados Transitados resulta da aplicação do Resultado Líquido apurado no ano anterior.

8.2.37 - Demonstração dos Resultados financeiros

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS FINANCEIROS

6.8.1	Juros suportados	0,00	0,00	7.8.1	Juros obtidos	0,00	0,00
6.8.2	Perdas em empresas filiais e associadas	0,00	0,00	7.8.2	Ganhos em empresas filiais e associadas	0,00	0,00
6.8.3	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	7.8.3	Rendimentos de imóveis	19.204,33	20.464,62
6.8.4	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	7.8.4	Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
6.8.5	Diferenças de câmbio desfavoráveis	210,13	362,50	7.8.5	Diferenças de câmbio favoráveis	667,50	104,30
6.8.7	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	7.8.6	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00	0,00
6.8.8	Outros custos e perdas financeiros	793,69	375,50	7.8.7	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
8.2	Resultados financeiros	10.859,49	19.919,91	7.8.8	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
		19.872,31	20.640,91			19.872,31	20.640,91

Os Custos e Perdas Financeiros do exercício de 2017 dizem respeito a encargos com transferências para fora da União europeia cobrados pelo IGCP e a diferenças de câmbio desfavoráveis. Os Proveitos e Ganhos refletem essencialmente os rendimentos de imóveis da CP-MC no exercício de 2017.



8.2.38 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

MAPA DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO	
		2017	2016			2017	2016
6.9.1	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00	7.9.1	Recolha de impostos	0,00	0,00
6.9.3	Dívidas locatícias	0,00	0,00	7.9.2	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
6.9.3	Perdas em subitâneos	0,00	0,00	7.9.3	Ganhos em subitâneos	0,00	0,00
6.9.4	Perdas em imobilizações	0,00	0,00	7.9.4	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
6.9.5	Multas e penalidades	0,00	0,00	7.9.5	Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
6.9.6	Aumentos de amortizações e provisões	6.653,21	0,00	7.9.6	Redução de amortizações e de provisões	11.233,91	0,00
6.9.7	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	314,83	7.9.7	Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	46,10
6.9.8	Outros custos e perdas extraordinários	1.716,79	0,00	7.9.8	Outros proveitos e ganhos extraordinários	175.591,57	6.296,11
6.9	Resultados Extraordinários	184.376,59	6.624,83				
		182.736,59	6.346,21			182.736,59	6.346,21

Os Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários do exercício de 2017 são referentes à imputação da quota-parte dos subsídios de investimento em função das amortizações dos respetivos ativos imobilizados.

8.3. NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

Em termos globais a receita cobrada em 2017 (5.584.531,23 €) aumentou 13% em relação ao ano 2016. Isto deve-se em grande parte ao aumento do saldo de gerência e também ao valor arrecadado do Fundo de Fomento Cultural, uma vez que a taxa de exibição manteve-se praticamente inalterada. A despesa executada em 2017 (3.454.623,26 €) foi superior em 9% à despesa de 2016. Existiu um aumento da execução em todos os agrupamentos económicos, com mais impacto nas aquisições de bens de capital (07) e nas outras despesas correntes (04/06) que tiveram variações na ordem dos 37%. As despesas com pessoal aumentaram 5%, resultado da eliminação das reduções remuneratórias, assim como do preenchimento de um lugar de dirigente intermédio que estava por ocupar em 2016. As aquisições de bens e serviços também apresentaram um aumento na ordem dos 7%.

MAPA DOS FLUXOS DE CAIXA

CÓDIGO			RECEBIMENTOS			CÓDIGO			PAGAMENTOS		
CAP*	GRP*	ART*				AGR*	SAGR*	RUB*			
			Saldo da gestão anterior:						Despesa de fundos próprios:		
			Empenho orçamental - Fundos próprios:						Dotações orçamentais (OE)		
			De dotações orçamentais (OE)	1.264,46	1.264,46				Compras		
			De receitas próprias:						Capitas		
			Na posse de serviços	1.385.822,87	1.385.822,87	1.386.316,53			Extra-orçamentais:		
			Na posse do Tesouro						I - Total da despesa por cf OE		
			De receitas do Estado - Fundos afetos			43.311,82			Desp. org. / comp. em receita própria, / cf os cf transferido de outros:		
			De operações de tesouraria - Fundos afetos			30.478,11			Compras		
			Descontos em vencimentos e saldos - Retenção no Tesouro						FUNCIONAMENTO		
			De receitas do Estado						01 01 02	Outros salários	38 178,53
			De operações de tesouraria						01 01 03	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	874.272,78
			I - Total de saldo de gestão na posse do serviço			1.459.104,48			01 01 11	Representação	13.888,84
									01 01 13	Subsídio de habitação	57.508,38
			Receitas de fundos próprios:						01 01 14	Subsídio de férias e de férias	107.088,23
			Dotações orçamentais (OE)						01 01 16	Remunerações por obra e material de empreitada	19.277,67
			Compras:						01 02 02	Horas extraordinárias	2.788,89
			Capital:						01 02 04	Ajuda de custo	4.678,13
			Extra-orçamentais:						01 02 21	Subsídio de férias	16.786,90
			Receitas próprias:						01 02 13	Outros pagamentos e prémios	607,59
			Compras:						01 02 14	Outros abonos em numerário em espécie	8.982,87

CÓDIGO			RECEBIMENTOS			CÓDIGO			PAGAMENTOS		
CAP*	GRP*	ART*				AGR*	SAGR*	RUB*			
			FUNCIONAMENTO						01 05 03	Subsídio familiar a crianças e jovens	487,85
04	01	00	Taxas diversas	2.224.388,21					01 03 04	Outros prestações familiares	1.423,88
06	01	01	Públicas	758,00					01 03 05	Contribuições para a segurança social	275.882,45
06	01	02	Privadas	1.688,08					01 08 06	Adiantos em serviço a docentes profissionais	118,04
06	03	07	Serviços e Fundos Autônomos	1.088.353,89					01 03 18	Outros despesas de segurança social	6.591,76
07	01	08	Mercado-freio	13.825,20					02 01 01	Materiais primários e subsidiários	15.974,08
07	01	11	Produtos acabados e intermediários	37.573,27					02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	4.300,88
07	01	09	Outros	428,78					02 01 04	Limpeza e higiene	3.755,28
07	02	01	Aluguer de espaços e equipamentos	888,51					02 01 08	Materiais de escritório	13.524,73
07	02	03	Serviços sociais, recreativos, culturais e desportos	168.825,59					02 01 15	Pelotas, canções e outros	1.038,67
07	02	04	Outros	22.473,79					02 01 16	Mercadorias para a venda	9.816,56
07	03	02	Edifícios	31.281,88					02 01 17	Fornecimentos e materiais	81,41
08	01	08	Outros	30.817,11		3.581.880,34			02 01 21	Outros bens	15.871,70
			Capital:						02 02 01	Encargos das instituições	161.131,81
			FUNCIONAMENTO						02 02 02	Limpeza e higiene	88.237,88
			Extra-orçamentais:						02 02 03	Conservação de bens	46.388,58
			FUNCIONAMENTO						02 02 08	Locação de outros bens	171.504,73
									02 02 09	Comunicações	23.388,18
			I - Total das receitas de fundos próprios			3.581.880,34			02 02 10	Transportes	88.894,91
			Total das receitas do exercício (I + II)			5.912.064,88			02 02 11	Representação dos serviços	28.147,51
									02 02 12	Seguros	15.188,34
			II - Total recebido do Tesouro em cf receitas próprias						02 02 13	Dotações e saldos	9.287,85

CÓDIGO			RECEBIMENTOS			CÓDIGO			PAGAMENTOS		
CAP*	GRP*	ART*				AGR*	SAGR*	RUB*			
			I - Total de recebimentos do exercício (I + II + III)			5.012.064,88			02 02 15	Formação	6.364,37
			III - Saldo de gestão anterior em fundos afetos:						02 02 17	Públicas	23.912,58
			Receitas do Estado	335.897,51					02 02 18	Vigilância e segurança	263.547,57
			Operações de tesouraria	419.343,64	754.415,13	754.415,13			02 02 19	Assistência técnica	89.237,72
									02 02 20	Outros trabalhos especializados	271.808,81
			I - Total das dotações de fundos afetos			754.415,13			02 02 25	Outros serviços	38.974,58
			Descontos em vencimentos e saldos:						04 08 03	Resto do mundo - Pessoas físicas e organizações internacionais	3.750,00
			Receitas do Estado	222.290,19					06 02 01	Impostos e taxas	22.171,28
			Operações de tesouraria	411.777,85					06 02 02	Achados incógnitos	53.887,63
									06 02 03	Outros	1.012,82
									Capital:		2.828.864,84
									FUNCIONAMENTO		
									07 01 07	Equipamento de informática	2.865,60
									07 01 08	Soluções informáticas	168,94
									07 01 09	Equipamento administrativo	6.882,80
									07 01 10	Equipamento básico	77.378,22
									07 01 12	Artigos e objectos de vest	116.071,11
									07 01 13	Investimentos incorpóreatos	38.528,76
									Extra-orçamentais:		341.411,82
									FUNCIONAMENTO		
									I - Total da despesa por cf receitas próprias		3.162.086,46

2

CÓDIGO			RECEBIMENTOS				CÓDIGO			PAGAMENTOS			
CAP*	GRP*	ART*					AGR*	SAGR*	RUB*				
										Total da despesa do exercício (I + II)			3.182.068,49
										II - Total de despesas em Tesouro em cr receita própria			
										Total de pagamentos do exercício (I + II)			3.182.068,49
										Importâncias entregues ao Estado ou outras entidades - Fundos afetos:			
										Receita do Estado	352.601,75		
										Operações de tesouraria	419.173,58	771.975,34	771.975,34
										Despesas em vencimentos e salários:			
										Prestação na falta e considerações pagas:			
										Receita do Estado	232.290,18		
										Operações de tesouraria	411.777,88		
										V - Total da despesa de fundos afetos			771.975,34
										Setor para a gestão própria:			
										Execução orçamental - Fundos próprios:			
										De dotações orçamentais (OE)	1.284,48	1.284,48	
										De receitas próprias:			
										Na posse do serviço	1.794.945,35	1.794.945,35	1.796.238,41
										Na posse do Tesouro			
										De receita do Estado - Fundos afetos			25.091,59
										TOTAL	5.788.488,35		
										TOTAL		5.788.488,35	

* * *

Lisboa, 20 de abril de 2018

O DIRETOR

 José Manuel Costa

O SUBDIRETOR

 Rui Machado

VI. Lista de acrónimos e siglas utilizadas

AB	Ativo Bruto
ACE	Agrupamento Complementar de Empresas
ACE	Associação das Cinematecas Europeias
AL	Ativo Líquido
ANIM	Arquivo Nacional das Imagens em Movimento
AP	Amortizações e Provisões Acumuladas
CCP	Casa do Cinema do Porto
CDI	Centro de Documentação e Informação
CIP	Programa Quadro para a Competitividade e Inovação
CJ	Cinemateca Júnior
CP-MC	Cinemateca Portuguesa-Museu do Cinema, I.P.
DDEP	Departamento de Divulgação e Exposição Permanente
DG	Divisão de Gestão
EPE	Entidade Pública Empresarial
FEADER	Fundo Europeu de Apoio ao Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FIAF	Federação Internacional dos Arquivos Fílmicos
IBC	Feira de Tecnologia e Vídeo
ICA	Instituto do Cinema e Audiovisual
IP	Instituto Público
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LOE	Lei do Orçamento de Estado
N.º	Número
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PGPIE	Programa de Gestão do Património Imobiliário do Estado
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POCP	Plano Oficial de Contabilidade Pública
PREMAC	Plano de Redução e Melhoria da Administração Central
PRODER	Programa de Desenvolvimento Rural do Continente
QUAR	Quadro de Avaliação e Responsabilização
RA	Relatório de Atividades
RH	Recursos Humanos
SEC	Secretaria de Estado da Cultura
SIADAP	Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho da Administração Pública
SIAG-AP	Sistema Integrado de Apoio à Gestão para a Administração Pública
SIGO	Sistema de Informação de Gestão Orçamental
SIOE	Sistema de Informação de Organização do Estado
UO	Unidade Orgânica

VII. Lista de quadros e figuras

VII.1. Quadros

Quadro 1. Orçamento da receita 2017	-----	34
Quadro 2. Orçamento da despesa 2017	-----	34
Quadro 3. Receita cobrada versus Despesa executada	-----	35
Quadro 4. Evolução do Saldo de Gerência	-----	36
Quadro 5. Reforços e Anulações do Orçamento	-----	37
Quadro 6. Cativos e Descativos	-----	37
Quadro 7. Execução da receita por classificação económica	-----	38
Quadro 8. Caracterização da receita	-----	39
Quadro 9. Taxas de Exibição – valores dos últimos 3 anos	-----	40
Quadro 10. Execução da despesa por agrupamento económico	-----	41
Quadro 11. Despesas com Pessoal	-----	41
Quadro 12. Aquisições de bens e serviços	-----	42
Quadro 13. Distribuição da aquisição de bens e serviços por rubricas	-----	43
Quadro 14. Distribuição de Outras Despesas correntes	-----	44
Quadro 15. Custos de Bens de Capital	-----	44
Quadro 16. Despesas Totais por áreas, atividades e projetos	-----	45
Quadro 17. Despesas Pessoal e Prestações de serviço	-----	46
Quadro 18. Despesas Gerais e de Manutenção	-----	47
Quadro 19. Despesas Programação e Publicidade	-----	48
Quadro 20. Despesas Preservação	-----	48
Quadro 21. Despesas Aquisições de Filmes Estrangeiros	-----	49
Quadro 22. Despesas Aquisições de Documentação e Peças	-----	49
Quadro 23. Despesas Projeto Cinem@tic	-----	49

VII.2. Figuras

Figura 1. Organograma da CP-MC	-----	7
Figura 2. Taxas de realização ao nível dos objetivos operacionais	-----	11
Figura 3. Taxas de realização dos indicadores de desempenho	-----	11
Figura 4. Taxas de realização dos parâmetros e taxa global	-----	12
Figura 5. Comparação do número de títulos em formato de película	-----	16
Figura 6. Distribuição das sessões entre longas e curtas-metragens	-----	19
Figura 7. Distribuição dos espectadores de cinema da CJ	-----	22
Figura 8. Estágios curriculares não remunerados, 2014-2017	-----	31
Figura 9. Trabalhadores efetivos por carreira/cargo em 2017	-----	33
Figura 10. Trabalhadores efetivos por unidade orgânica	-----	33
Figura 11. Evolução do orçamento utilizável	-----	35
Figura 12. Receita cobrada versus despesa executada	-----	36
Figura 13. Evolução do Saldo de Gerência	-----	36
Figura 14. Distribuição da Receita Cobrada	-----	38
Figura 15. Caracterização da Receita	-----	39
Figura 16. Distribuição da Taxa por Operador	-----	40
Figura 17. Evolução Despesas Totais por Agrupamento	-----	41
Figura 18. Evolução dos custos com Pessoal	-----	42
Figura 19. Rubricas de Bens e serviços com maior execução	-----	43
Figura 20. Distribuição de Bens de Capital	-----	45
Figura 21. Distribuição da despesa por áreas, atividades e projetos	-----	46

